Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo

OFÍCIO Nº 383/2026 em 30 de abril de 2026

ASSUNTO:- Encaminha PROJETO DE LEI.

40/26

Senhor Presidente,

Encaminhamos o presente Projeto de Lei que estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias para elaboração de Orçamento Municipal do exercício de 2027 para apreciação dos nobres Edis.

O referido Projeto de Lei cumpre com a determinação legal prevista na Constituição Federal, Lei Complementar nº 101/2000 e na Lei Orgânica Municipal.

Cumpre observar que as audiências públicas objetivando a elaboração da LDO, foram realizadas de forma virtual e presencial, conforme os Editais nº 65 e 72/2.026 publicados no Diário Oficial do Município nos dias 01 e 13 de abril de 2026.

Aguardando a manifestação dessa Ilustre Edilidade, renovamos a Vossa Excelência e aos seus Pares os protestos de estima e distinto apreço.

Atenciosamente,

SAMANTA PAULA ALBANI BORINI
Prefeita Municipal

Câmara Municipal de Birigui - SP
PROTOCOLO GERAL 1252/2026
Data: 30/04/2026 - Horário: 15:15
Legislativo - PLO 40/2026

A Sua Excelência, o Senhor
REGINALDO FERNANDO PEREIRA
Presidente da Câmara Municipal de Birigui

PROJETO DE LEI 40/26

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2027, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, **SAMANTA PAULA ALBANI BORINI**, Prefeita Municipal de Birigui, do Estado de São Paulo, usando das atribuições que me são conferidas por Lei,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ART. 1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar Federal nº 101/2000, Lei Federal 4320/1964, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2027, compreendendo:

I. Metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
II. Orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
III. Política de pessoal e serviços extraordinários;
IV. Disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
V. Equilíbrio entre receitas e despesas;
VI. Critérios e formas de limitação de empenho;
VII. Condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas, privadas e a Pessoas Físicas;
VIII. Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação;
IX. Parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
X. Definição de critérios para início de novos projetos;
XI. Definição das despesas consideradas irrelevantes;
XII. Incentivo à participação popular;
XIII. Das Emendas Impositivas
XIV. As disposições gerais.

Seção I

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

ART. 2º. Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Pública Municipal estão

estabelecidas na Lei do Plano Plurianual (PPA) relativo ao período de 2026/2029, no que diz respeito ao exercício de 2027.

§ 1º. Os orçamentos serão elaborados em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* deste artigo, terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2027 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º. O projeto de lei orçamentária para 2027 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* deste artigo.

§ 3º. As Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2027 estão definidas na Lei do Plano Plurianual relativo ao período de 2026/2029, terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2027 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Seção II
Das Orientações Básicas para a Elaboração da Lei Orçamentária Anual

Subseção I
Das Diretrizes Gerais

ART. 3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria MOG nº 42/1999, da Portaria Interministerial nº 163, de 2001, e demais normas posteriores, ambas do STN.

ART. 4º. Os orçamentos fiscais, da seguridade social e de investimentos, discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320/1964, e posteriores alterações.

ART. 5º. Os orçamentos fiscais, da seguridade social e de investimentos, compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus Fundos, órgãos e autarquias.

ART. 6º. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I. Texto da lei;
II. Documentos referenciados nos artigos 2º e 22º da lei nº
III. 4.320/1964;
IV. Quadros orçamentários consolidados;

V. Anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

VI. Demonstrativos e documentos previstos no art. 5º da lei complementar federal nº 101/2000;

ART. 7º. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária, serão elaboradas a valores correntes, tomando-se como base os valores de Junho de 2026, projetados ao exercício a que se refere.

PARÁGRAFO ÚNICO. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

ART. 8º. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

ART. 9º. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

ART. 10. A lei orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal e alterações posteriores.

§ 1º. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal direta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município.

§ 2º. Os recursos alocados para os fins previstos no caput deste artigo uma vez não utilizados poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outras finalidades.

ART. 11. As unidades orçamentárias da Administração direta e as entidades da Administração indireta encaminharão ao Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças suas propostas parciais até 30 de junho de 2026.

ART. 12. A Câmara Municipal encaminhará à Prefeitura sua proposta orçamentária até 31 de julho de 2026.

ART. 13. Para atender ao art. 4º, parágrafo único, "d", da Lei Federal 8.069/1990, serão destinados não menos que 0,0003% da receita tributária estimada pertencente a Prefeitura Municipal às despesas de proteção da criança e do adolescente.

Subseção II

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

ART. 14. A administração da dívida pública municipal interna e/ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1°. Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para o pagamento da dívida.

§ 2°. O Município, por meio de seus órgãos e entidades, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no artigo 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

ART. 15. Na lei orçamentária para o exercício de 2027, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

ART. 16. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO. Na estimativa da receita do projeto de lei orçamentária do exercício de 2027, poderão ser incluídas operações de crédito já autorizadas por lei específica e aquelas autorizadas na própria lei orçamentária.

ART. 17. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e atendidas às exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

ART. 18. Na lei orçamentária anual, os valores a serem consignados para amortizações, juros e demais encargos da dívida serão fixados tendo como base os critérios constantes nas operações contratadas ou nas autorizações concedidas até a data do encaminhamento do projeto de lei orçamentária ao Poder Legislativo.

Subseção III

Da Definição de Montante e Fonte de Utilização da Reserva de Contingência.

ART. 19. A lei orçamentária deverá conter reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será de até 3% (três por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2026, destinada a atendimentos de passivos contingentes, outros riscos imprevistos e demais créditos adicionais.

Seção III

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

Subseção I

Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

ART. 20. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1°, inciso II, da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações e estruturações de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título *"Concurso Público, Processo Seletivo, Contrato por Tempo determinado"*, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 1º. Além de observar as normas do *"caput"*, no exercício financeiro de 2027, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, somente para o Poder Legislativo, no art. 29-A da Constituição Federal.

§ 2º. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, serão adotadas as medidas que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 3º. Para fins de atendimento ao disposto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal, no mês de março de 2027, será aplicado índice de correção nos termos da Lei Municipal que rege a matéria.

Subseção II

Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

ART. 21. Se durante o exercício de 2027 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

PARÁGRAFO ÚNICO. A autorização para a realização de serviços extraordinários para atender as situações previstas no *caput* deste artigo, no âmbito do Poder Executivo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e, no âmbito do Poder Legislativo, é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

Seção IV

Das Disposições sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município.

ART. 22. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2027, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I. Aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilidade;

II. Aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III. Aperfeiçoamento dos processos tributário administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e eficiência na prestação de serviços;

V. Aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

ART. 23. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observada a capacidade econômica do contribuinte, com destaque para:

I. Atualização da planta genérica de valores do Município;

II. Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III. Revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV. Revisão da legislação referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V. Revisão da legislação aplicável ao imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Móveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI. Revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício de poder de polícia;

VII. Revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal, em especial da substituição do caráter subjetivo da isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano, que leva em consideração a renda do contribuinte, para o critério objetivo, que considera o valor do imóvel;

VIII. A instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

ART. 24. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

ART. 25. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

Seção V

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

ART. 26. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar o resultado primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da Administração Municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

ART. 27. Os projetos de lei que impliquem na diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2027, deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios de 2027 a 2029, demonstrando a respectiva memória de cálculo.

PARÁGRAFO ÚNICO. Não será aprovado o projeto de lei que implique aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

ART. 28. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I. Para elevação das receitas:

a) Implementação das medidas previstas nos arts. 23 e 25 desta lei;

b) Atualização e informatização do cadastro imobiliário;

c) Chamamento geral dos contribuintes inscritos na dívida ativa.

II. Para redução das despesas:

a) Implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;

b) Revisão geral das gratificações concedidas aos servidores;

Seção VI

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

ART. 29. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos órgãos, entidades e fundos, pertencentes à estrutura do Poder Executivo, no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2027, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º. Excluem-se do *caput* deste artigo às despesas que constituam obrigação constitucional e legal e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no *caput* deste artigo.

§ 3º. O Poder Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação de empenho e da movimentação financeira.

§ 4º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

§ 5º. As emendas individuais impositivas sofrerão corte na mesma proporção que o realizado nos demais gastos orçamentários, nisso considerado o § 18, do art. 166, da Constituição Federal.

Seção VII

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas, Privadas e a Pessoas Físicas.

ART. 30. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a títulos de transferências a Entidades Privadas e a Pessoas Físicas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

I. Às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;

II. Às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;

III. Às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública;

IV. Cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas nos termos do disposto no art. 26 da lei complementar 101/2000.

§ 1º. Para habilitar-se ao recebimento de repasse público, a entidade privada sem fins lucrativos deverá:

a) Apresentar certidão da entidade junto ao respectivo conselho municipal;

b) Aplicar nas atividades-fim o mínimo de 80% de sua receita total;

c) Apresentar manifestação previa e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica do governo concedente;

d) Apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no exercício, por, no mínimo, duas autoridades de outro nível de governo;

e) Apresentar plano de trabalho de aplicação dos recursos com cronograma físico e financeiro, nos termos das instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

f) Apresentar certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Tributos Municipais e Federais;

g) Apresentar o estatuto da entidade atualizado e ata de eleição da atual diretoria devidamente registrada.

§ 2º. É vedado o repasse público para entidades cujos dirigentes sejam também agentes políticos do governo concedente.

§ 3º. Atender na integra aos ditames da Lei Federal nº 13.019/2014.

ART. 31. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de repasse público, para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I. De atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II. Associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

ART. 32. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de repasse público para entidade privada com finalidade lucrativa, ressalvadas as instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento comercial e industrial.

ART. 33. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

ART. 34. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

ART. 35. As transferências de recursos às entidades previstas nesta lei, deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de ternos de acordo com a norma que rege a matéria, ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências da Lei Federal nº 13.019/14, leis específicas quando for o caso, e no que couber, o que preconiza a Constituição Federal, as Instruções nº 01/2024 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e alterações, e Decretos Municipais.

§ 1º. Compete ao Secretário Municipal da área envolvida na concessão do repasse, a responsabilidade do acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º. É vedada a celebração de repasse com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º. Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o *caput* deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal e Municipal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

§ 4º. Na realização das ações de sua competência, o Município poderá transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que compatíveis com os programas constantes da lei orçamentária anual e não se enquadrem nas disposições dos artigos 29 a 31 desta Lei, mediante convênio, ajuste ou congênere, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, a forma e os prazos para prestações de contas.

§ 5º. Ficam autorizadas as entidades assistenciais e de organizações sociais civis que possuam parcerias com o Município, a remunerar os servidores ou empregados públicos municipais por serviços prestados a essas entidades, nos termos do inciso II, art. 45 da Lei Federal nº 13.019/2014, nos termos dos critérios estabelecidos no plano de trabalho e ajuste firmado entre as partes.

§ 6º. A movimentação dos recursos da parceria deve ser feita obrigatoriamente por meio eletrônico (transferência bancária, Pix), permitindo a identificação do beneficiário final, sendo vedada a utilização de "contas de passagem" e "saques na boca do caixa".

ART. 36. É vedada a destinação, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

PARÁGRAFO ÚNICO. As normas do *caput* deste artigo não se aplicam à ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Assistência Social.

ART. 37. A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive da Prefeitura Municipal para as entidades da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

PARÁGRAFO ÚNICO. O aumento da transferência de recursos financeiros de um órgão para outro somente poderá ocorrer mediante autorização prévia na Lei Orçamentária, em caráter suplementar.

ART. 38. Ficam autorizadas a destinação de recursos para direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas, autorizada por lei específica, independente da esfera de Governo que autorizou a sua concessão, nos termos do disposto na referida lei.

Seção VIII

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

ART. 39. Fica autorizado a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, desde que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

PARÁGRAFO ÚNICO. A realização da despesa definida no *caput* deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio.

Seção IX

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso

ART. 40. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2027, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos artigos 8º e 13 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Para atender ao *caput* deste artigo, as entidades da administração indireta do Poder Executivo e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade e Orçamento do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2027, os seguintes demonstrativos:

I. As metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da lei complementar nº 101/2000;

II. A programação financeira das despesas, nos termos do art. 8º da lei complementar nº 101/2000;

III. O cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do art. 8º da lei complementar nº 101/2000.

§ 2º. O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2027;

§ 3º. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o *caput* deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Seção X

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

ART. 41. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2027 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I. Estiverem compatíveis com o Plano Plurianual - PPA e com as normas desta Lei;

II. Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

III. Estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV. Os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

PARÁGRAFO ÚNICO. Considera-se projeto em andamento, para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2027, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2026.

Seção XI

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

ART. 42. Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção XII

Do Incentivo à Participação Popular

ART. 43. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2027, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

PARÁGRAFO ÚNICO. O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

ART. 44. Será assegurada ao cidadão a participação nas Audiências públicas para:

I. Elaboração da proposta orçamentária de 2027, mediante regular processo de consulta;

II. Avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º., § 4º., da lei complementar nº 101/2000, ocasião em que o poder executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta lei.

PARÁGRAFO ÚNICO. As audiências públicas de que tratam o inciso II deste artigo, serão realizadas quadrimestralmente, sendo os prazos os mesmos do RGF - Relatório de Gestão Fiscal.

Seção XIII

Das Emendas Individuais Impositivas

ART. 45. O projeto de lei orçamentária para 2027 conterá reserva específica para atendimento de emendas individuais de caráter impositivo que vierem a ser aprovadas na Lei Orçamentária, e não poderá exceder o limite expressamente determinado pelo art. 131-A, da Lei Orgânica do Município.

ART. 46. As emendas individuais impositivas somente poderão alocar recursos para programação já existentes e de natureza discricionária de caráter não continuado.

ART. 47. Seguindo o disposto no § 14º. do artigo 166 da Constituição Federal e com o objetivo de viabilizar a execução das programações inseridas por emendas individuais impositivas de execução obrigatória, caso seja identificado algum impedimento de ordem legal ou técnica, serão adotados os procedimentos e prazos a seguir:

I. Até 15 de março de 2027, o poder executivo enviará ao poder legislativo, a justificativa do impedimento.

II. Até 15 de abril de 2027, o poder legislativo indicará ao poder executivo o remanejamento da emenda cujo impedimento seja insuperável, para outro de igual ou menor valor;

III. Até 14 de maio de 2027, o poder executivo encaminhará projeto de lei sobre o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

IV. Até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso iii, se o poder legislativo não deliberar sobre o projeto, o remanejamento será implementado por ato do poder executivo, nos termos previstos na lei orçamentária.

V. Caso a emenda seja remanejada nos termos do disposto no inciso ii do caput, a unidade orçamentária a que se referir o remanejamento deverá analisar a nova proposta de emenda, e caso a mesma for considerada novamente como impedimento de ordem legal ou técnica insuperáveis, poderá ser utilizada pelo poder executivo como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais mediante decreto.

VI. Em se tratando de impedimento de que se trata o inciso v deste artigo, deverá a unidade orçamentária envolvida, emitir relatório técnico detalhado no prazo máximo de 10 dias uteis a contar do recebimento da mesma, e encaminhá-lo ao prefeito para ciência do vereador propositor da emenda.

ART. 48. As programações orçamentárias com origem nas emendas individuais não serão de execução obrigatória nos casos de impedimentos de ordem técnica insuperáveis, considerando-se impedimentos de ordem técnica insuperáveis:

I. Emendas individuais que desconsiderem os preceitos constitucionais previstos no art. 37 da constituição federal;

II. Destinação vaga e sem clareza da categoria econômica e natureza da despesa;

III. Indicação de mais de um beneficiário na mesma emenda;

IV. Indicação de despesas correntes e de capital na mesma emenda;

V. Emendas individuais propostas em conjunto para o mesmo objeto, quando não houver a identificação nominal dos autores para o rateio do

valor total, ou que apresentem descrições divergentes quanto ao objeto;

VI. Emendas que apresentem a adoção de ações e serviços públicos para realização de objeto de forma insustentável ou incompleta;

VII. Emendas que apresentem alocação de recursos insuficientes para execução do seu objeto, salvo em atividade dividida por etapas e tecnicamente viável;

VIII. Emendas incompatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias conforme § 9º. Do artigo 131-a da lei orgânica municipal;

IX. Não comprovação de que os recursos orçamentários ou financeiros são suficientes para a conclusão do projeto ou de etapa útil com funcionalidade que permita o imediato usufruto dos benefícios pela sociedade;

X. Incompatibilidade com a política pública setorial aprovada no âmbito do órgão setorial responsável pela programação;

XI. Incompatibilidade do objeto da emenda com a finalidade do programa ou da ação orçamentária emendada;

XII. Inexistência de projeto básico ou executivo e de estudos técnicos aprovados pelos órgãos competentes que comprovem a viabilidade e a adequação do custo da solução escolhida, quando se tratar de execução de obras e serviços de engenharia, com o disposto na alínea "b" do art. 33 da lei federal nº 4.320, de 1964, e alterações posteriores;

XIII. Emenda individual que conceda dotação para a instalação ou o funcionamento de serviço público ainda não criado por lei, em desacordo com o disposto na alínea "c" do art. 33 da lei federal nº 4.320, de 1964, e alterações posteriores;

XIV. Destinação de dotação a entidade que não atenda aos critérios estabelecidos pela lei federal nº 13.019, de 2014;

XV. Destinação de dotação a entidade em situação irregular, em desacordo com o disposto no art. 17 da lei federal nº 4.320, de 1964, e alterações posteriores;

XVI. Destinação de dotação a entidade que não realizou as prestações de contas a câmara municipal, nos termos da lei municipal nº 7.075 de 14 de dezembro de 2021 e alterações posteriores;

XVII. Criação de despesa de caráter continuado para o município, direta ou indiretamente;

XVIII. Impedimentos cujo prazo para superação inviabilize o empenho ou o pagamento dentro do exercício financeiro;

XIX. Emendas individuais que contenha especificações técnicas excessivas, irrelevantes ou desnecessárias que limitem, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo de processo licitatório, em desacordo com o art. 9º, inciso i, alínea 'a' da lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 1º. Os impedimentos de ordem técnica de que trata este artigo serão apurados pelos gestores responsáveis pela execução das respectivas programações orçamentárias, nos órgãos setoriais e nas unidades orçamentárias, e comporão relatório a ser formalmente comunicado pelo Poder Executivo.

§ 2º. A parcela da reserva de recursos a que se refere o **caput do art. 45** desta Lei que não for utilizada pelos parlamentares para indicação de emendas individuais durante o processo de tramitação da Lei Orçamentária de 2027 poderá ser utilizada pelo Poder Executivo como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais.

§ 3º. As entidades privadas eventualmente indicadas como beneficiadas deverão, para fins de operacionalização das emendas individuais de execução obrigatória a elas destinadas, apresentar no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da LOA 2027, plano de trabalho, sujeito à avaliação técnica do Poder Executivo, que deverá conter:

I. Cronograma físico e financeiro;
II. Plano de aplicação das despesas;
III. Informações de conta-corrente específica.

§ 4º. As entidades privadas eventualmente indicadas como beneficiadas em emendas remanejadas nos termos do Art. 47, II, devem apresentar a documentação descrita no § 3º no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do Oficio indicando o remanejamento.

§ 5º. A não apresentação do plano de trabalho no prazo previsto nos §§ 3º e 4º do caput, implicará em emendas individuais impositivas consideradas de execução não obrigatória.

ART. 49. As emendas individuais impositivas terão valor mínimo de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

ART. 50. Para o cumprimento do disposto no art. 163-A da Constituição Federal, bem como no Comunicado SDG nº 28/2025, Resolução nº 17/2025 e Comunicado GP 15/2026 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, as emendas deverão observar os princípios do planejamento, compatibilidade orçamentária, transparência e da rastreabilidade, devem conter, no mínimo, as seguintes informações:

I. Número e identificação da emenda;
II. Unidade orçamentária executora;
III. Valor da emenda;
IV. Natureza da despesa, especificando se custeio ou investimento;
V. Identificação do beneficiário, com nome e cnpj, no caso de organizações da sociedade civil (osc);
VI. Descrição do objeto, contendo a finalidade da despesa.

ART. 51. É de reponsabilidade do Vereador autor da emenda impositiva, a comunicação as entidades privadas eventualmente indicadas como

beneficiadas, para que as mesmas possam cumprir as obrigações previstas nos § 3º e 4º do Artigo 48.

ART. 52. As emendas individuais impositivas podem a qualquer tempo, ser modificadas, corrigidas ou alteradas mediante oficio do Poder Executivo e concordância expressa do vereador autor da emenda.

PARÁGRAFO ÚNICO. Caso a modificação ou alteração da emenda seja destinada a entidade privada, será de reponsabilidade do Secretário da pasta executora, a comunicação da indicação como beneficiária, para fins de cumprimento no disposto nos §§ 3º e 4º do Artigo 48.

ART. 53. Não integrarão a apuração do limite de que trata o § 8º do art. 131-A da Lei Orgânica Municipal as despesas empenhadas e não liquidadas quando o impedimento à execução financeira decorrer, comprovadamente, em virtude de impedimentos de ordem técnica causados exclusivamente pelo beneficiário ou contratado.

ART. 54. Para fins de apuração da receita corrente líquida de que se trata o art. 131-A da Lei Orgânica Municipal, serão consideradas as receitas correntes auferidas pelo município, excluindo os valores das receitas correntes pertinentes ao Instituto de Previdência do Município de Birigui - BIRIGUIPREV, Fundação Municipal de Ensino de Birigui - FATEB e valor vinculado por força da Lei Municipal nº 6.523 de 22 de fevereiro de 2018.

Seção XIV

Das Disposições Gerais

ART. 55. O poder executivo poderá, mediante Decreto:

I. Abrir, por decreto, créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do orçamento das despesas;

II. Transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, até o limite de 20% (vinte por cento), da despesa fixada no orçamento, calculado sobre o valor consignado, individualmente considerado, para cada Poder ou Ente.

§ 1º. As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, por meio de Decreto, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa.

§ 2º. As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

§ 3º. Para os fins do art. 167, VI, da Constituição Federal, categoria de programação é o mesmo que Atividade, Projeto ou Operação Especial e, no âmbito da classificação econômica da despesa, os grupos corrente e de capital.

§ 4º. O Poder Executivo deverá realizar a prestação de contas ao Legislativo trimestralmente dos créditos adicionais abertos mediante decreto até o limite previsto neste artigo.

§ 5º. Abrir por decreto créditos adicionais suplementares, se necessário, nas dotações do Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, até o limite necessário aos repasses efetuados, não sendo considerado para tanto o limite determinado no inciso I deste artigo.

§ 6º. Os créditos adicionais abertos por decreto do Poder Executivo, quando destinados às dotações relativas de superávit financeiro de exercícios anteriores, excessos de arrecadação por assinaturas de convênios ou emendas, créditos abertos com recursos da Reserva de Contingência, e para atendimento da execução orçamentária das emendas impositivas municipais, não onerarão o limite para abertura de créditos adicionais, previsto no inciso I deste artigo.

ART. 56. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de previa autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Constituição Federal, ficando as mesmas incluídas nos planos plurianuais e nesta lei.

§ 1º. A lei orçamentária conterá autorização e disporá sobre o limite para abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas.

ART. 57. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei nº 4.320/1964, ficando as mesmas incluídas nos planos plurianuais e nesta lei.

ART. 58. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar ajuda financeira a administração indireta - Autarquia e Fundação Municipal, estabelecendo como critério para tanto que as mesmas comprovem que instituíram todas as formas legais para recebimentos de seus haveres perante terceiros e implementou todas

as possibilidades legais para manter seus custos dentro do equilíbrio financeiro entre receitas e despesas.

ART. 59. Em atendimento ao disposto no art. 4º, § 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

III. Anexo de Metas Fiscais;
IV. Anexo de Riscos Fiscais.

ART. 60. Caso o projeto de lei orçamentária não seja devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, a sua programação será executada, a cada mês, na proporção de até 1/12 do total da despesa orçada.

ART. 61. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SAMANTA PAULA ALBANI BORINI
Prefeita Municipal

ANEXOS INTEGRANTES DA LDO-LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2027

ANEXOS CONSOLIDADOS

SEQ	DESCRIÇÃO DOS ANEXOS
1	**ANEXOS DE METAS FISCAIS**
1.1	Demonstrativo 1 - Metas Anuais
1.2	Demonstrativo 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício anterior
1.3	Demonstrativo 3 – Metas Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
1.4	Demonstrativo 4 – Evolução do Patrimônio Líquido
1.5	Demonstrativo 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
1.6	Demonstrativo 6 – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS
1.6.1	Projeção Atuarial RPPS – Fluxo de Caixa – Plano Previdenciário
1.6.2	Projeção Atuarial RPPS – Fluxo de Caixa – Plano Financeiro
1.7	Demonstrativo 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receitas
1.8	Demonstrativo 8 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado
2	**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**
2.1	Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências
3	**PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**
3.1	Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos para Exercício
3.2	Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenv. dos Programas Governamentais

MUNICÍPIO DE BIRIGUI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2027

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2027				2028				2029			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	678.216.000,00	653.576.178,09	11,84%	100,48%	713.545.000,00	689.415.458,94	12,03%	101,88%	751.192.000,00	725.789.371,98	12,24%	103,63%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	675.235.746,00	650.704.197,75	11,78%	100,03%	710.399.450,44	686.376.280,62	11,98%	101,43%	747.872.728,29	722.582.346,17	12,19%	103,17%
Receitas Primárias Correntes	662.515.746,00	638.446.319,75	11,56%	98,15%	698.449.450,44	674.830.386,90	11,78%	99,72%	735.507.728,29	710.635.486,27	11,99%	101,46%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	171.623.000,00	165.387.877,04	3,00%	25,43%	181.946.000,00	175.793.236,71	3,07%	25,98%	192.888.000,00	186.365.217,39	3,14%	26,61%
Transferências Correntes	413.268.510,00	398.254.322,06	7,21%	61,22%	434.219.165,00	419.535.425,12	7,32%	62,00%	455.406.238,00	440.006.027,05	7,42%	62,82%
Demais Receitas Primárias Correntes	77.624.236,00	74.804.120,65	1,35%	11,50%	82.284.285,44	79.501.725,06	1,39%	11,75%	87.213.490,29	84.264.241,83	1,42%	12,03%
Receitas Primárias de Capital	12.720.000,00	12.257.878,00	0,22%	1,88%	11.950.000,00	11.545.893,72	0,20%	1,71%	12.365.000,00	11.946.859,90	0,20%	1,71%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	637.716.000,00	614.547.557,10	11,13%	94,48%	665.545.000,00	643.038.647,34	11,22%	95,02%	691.192.000,00	667.818.357,49	11,27%	95,35%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	631.902.000,00	608.944.781,73	11,03%	93,62%	659.076.000,00	636.788.405,80	11,11%	94,10%	690.938.000,00	667.572.946,86	11,26%	95,31%
Despesas Primárias Correntes	585.043.331,00	563.788.504,38	10,21%	86,67%	612.809.675,76	592.086.643,25	10,33%	87,49%	642.285.040,05	620.565.256,09	10,47%	88,60%
Pessoal e Encargos Sociais	309.258.774,00	298.023.295,75	5,40%	45,82%	321.621.073,16	310.744.998,22	5,42%	45,92%	335.382.244,14	324.040.815,59	5,47%	46,27%
Outras Despesas Correntes	275.784.557,00	265.765.208,63	4,81%	40,86%	291.188.602,60	281.341.645,02	4,91%	41,57%	306.902.795,91	296.524.440,49	5,00%	42,34%
Despesas Primárias de Capital	34.158.669,00	32.917.672,74	0,60%	5,06%	32.834.324,24	31.723.984,77	0,55%	4,69%	34.352.959,95	33.191.265,65	0,56%	4,74%
Reserva de Contingência	12.700.000,00	12.238.604,61	0,22%	1,88%	13.432.000,00	12.977.777,78	0,23%	1,92%	14.300.000,00	13.816.425,12	0,23%	1,97%
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	83.000.000,00	79.984.581,29	1,45%	12,30%	82.000.000,00	79.227.053,14	1,38%	11,71%	81.000.000,00	78.260.869,57	1,32%	11,17%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	805.134.000,00	775.883.203,24	14,05%	119,28%	847.502.000,00	818.842.512,08	14,29%	121,00%	892.088.000,00	861.920.772,95	14,54%	123,06%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	778.661.844,00	750.372.789,82	13,59%	115,36%	818.676.872,36	790.992.147,21	13,81%	116,89%	860.901.326,24	831.788.721,00	14,03%	118,76%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	805.134.000,00	775.883.203,24	14,05%	119,28%	847.502.000,00	818.842.512,08	14,29%	121,00%	892.088.000,00	861.920.772,95	14,54%	123,06%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	786.620.000,00	758.041.823,26	13,73%	116,54%	827.601.000,00	799.614.492,75	13,96%	118,16%	877.534.000,00	847.858.937,20	14,30%	121,06%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	43.333.746,00	41.759.416,02	0,76%	6,42%	51.323.450,44	49.587.874,82	0,87%	7,33%	56.934.728,29	55.009.399,31	0,93%	7,85%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	35.375.590,00	34.090.382,58	0,62%	5,24%	42.399.322,80	40.965.529,28	0,71%	6,05%	40.302.054,53	38.939.183,12	0,66%	5,56%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	4.825.022,90	4.649.728,15	0,08%	0,71%	4.993.898,70	4.825.022,90	0,08%	0,71%	5.168.685,16	4.993.898,70	0,08%	0,71%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	4.526.846,23	4.362.384,34	0,08%	0,67%	4.685.285,85	4.526.846,23	0,08%	0,67%	4.849.270,85	4.685.285,85	0,08%	0,67%
Dívida Pública Consolidada (DC)	46.730.510,31	45.032.774,70	0,82%	6,92%	45.150.251,51	43.623.431,41	0,76%	6,45%	43.623.431,41	42.148.242,91	0,71%	6,02%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	49.216.238,34	47.428.195,37	0,86%	7,29%	47.551.921,10	45.943.885,12	0,80%	6,79%	45.943.885,12	44.390.227,17	0,75%	6,34%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	-1.855.452,19	-1.788.042,97	-0,03%	-0,27%	-1.664.317,24	-1.608.035,98	-0,03%	-0,24%	-1.608.035,98	-1.553.657,95	-0,03%	-0,22%

FONTE: Sistema Smarapd-Web Contabilidade - Secretaria Munic. Planej. e Finanças - Emitido em 24/04/2026

NOTA: Nos Valores Correntes dos Exercícios de 2027, 2028 e 2029 foram utilizados os valores do PPA 2026-2029.

Samanta Paula Albani Borini
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE BIRIGUI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2027

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2025 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2025 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	619.877.134,16	11,66%	100,26%	614.715.796,49	11,57%	99,43%	-5.161.337,67	-0,83%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	617.429.350,16	11,62%	99,87%	609.915.727,78	11,48%	98,65%	-7.513.622,38	-1,22%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	602.605.559,55	11,34%	97,47%	552.452.381,66	10,39%	89,36%	-50.153.177,89	-8,32%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	579.849.053,10	10,91%	93,79%	529.898.359,25	9,97%	85,71%	-49.950.693,85	-8,61%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	737.593.134,16	13,88%	119,30%	739.731.875,48	13,92%	119,65%	2.138.741,32	0,29%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	710.383.100,16	13,37%	114,90%	684.005.472,71	12,87%	110,64%	-26.377.627,45	-3,71%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	750.321.559,55	14,12%	121,36%	657.055.994,36	12,36%	106,28%	-93.265.565,19	-12,43%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	727.565.053,10	13,69%	117,68%	634.501.971,95	11,94%	102,63%	-93.063.081,15	-12,79%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	37.580.297,06	0,71%	6,08%	80.017.368,53	1,51%	12,94%	42.437.071,47	112,92%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	20.398.344,12	0,38%	3,30%	129.520.869,29	2,44%	20,95%	109.122.525,17	534,96%
Dívida Pública Consolidada (DC)	61.189.226,80	1,15%	9,90%	58.297.662,73	1,10%	9,43%	-2.891.564,07	-4,73%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	93.672.525,98	1,76%	15,15%	89.245.927,95	1,68%	14,44%	-4.426.598,03	-4,73%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	17.143.768,82	0,32%	2,77%	6.151.111,65	0,12%	0,99%	-10.992.657,17	-64,12%

FONTE: Sistema Smarapd-Web Contabilidade - Secretaria Munic. Planej. e Finanças - Emitido em 24/04/2026

NOTA: Nos valores das Metas Realizadas foram utilizados os valores da Receita arrecadada e da Despesa liquidada

Samanta Paula Albani Borini
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE BIRIGUI

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2027

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	587.586.218,34	619.877.134,16	5,50%	641.350.000,00	3,46%	678.216.000,00	5,75%	713.545.000,00	5,21%	751.192.000,00	5,28%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	582.437.874,48	617.429.350,16	6,01%	638.495.997,00	3,41%	675.235.746,00	5,75%	710.399.450,44	5,21%	747.872.728,29	5,27%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	583.026.751,66	602.605.559,55	3,36%	606.505.000,00	0,65%	637.716.000,00	5,15%	665.545.000,00	4,36%	691.192.000,00	3,85%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	559.206.509,98	579.848.839,21	3,69%	588.627.946,43	1,51%	631.902.000,00	7,35%	659.076.000,00	4,30%	690.938.000,00	4,83%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	683.805.811,29	737.593.134,16	7,87%	767.171.000,00	4,01%	805.134.000,00	4,95%	847.502.000,00	5,26%	892.088.000,00	5,26%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	669.225.935,35	710.383.100,16	6,15%	733.444.997,00	3,25%	778.661.844,00	6,16%	818.676.872,36	5,14%	860.901.326,24	5,16%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	693.246.344,66	750.321.559,55	8,23%	767.171.000,00	2,25%	805.134.000,00	4,95%	847.502.000,00	5,26%	892.088.000,00	5,26%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	669.426.244,66	727.565.053,10	8,68%	749.949.000,00	3,08%	786.620.000,00	4,89%	827.601.000,00	5,21%	877.534.000,00	6,03%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	23.231.364,50	37.580.510,95	61,77%	49.868.050,57	32,70%	43.333.746,00	-13,10%	51.323.450,44	18,44%	56.934.728,29	10,93%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	23.031.055,19	20.398.558,01	-11,43%	33.364.047,57	63,56%	35.375.590,00	6,03%	42.399.322,80	19,85%	40.302.054,53	-4,95%
Dívida Pública Consolidada (DC)	58.297.662,73	50.441.639,02	-13,48%	48.492.250,55	-3,86%	46.730.510,31	-3,63%	45.150.251,51	-3,38%	43.623.431,41	-3,38%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	89.245.927,95	53.124.772,48	-40,47%	51.071.690,52	-3,86%	49.216.238,34	-3,63%	47.551.921,10	-3,38%	45.943.885,12	-3,38%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-3.161.348,65	-36.121.155,47	1042,59%	-2.053.081,96	-94,32%	-1.855.452,19	-9,63%	-1.664.317,24	-10,30%	-1.608.035,98	-3,38%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	611.559.736,05	651.242.917,15	6,49%	641.350.000,00	-1,52%	653.576.178,09	1,91%	689.415.458,94	5,48%	725.789.371,98	5,28%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	606.201.339,76	648.671.275,28	7,01%	638.495.997,00	-1,57%	650.704.197,75	1,91%	686.376.280,62	5,48%	722.582.346,17	5,27%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	606.814.243,13	633.097.400,86	4,33%	606.505.000,00	-4,20%	614.547.557,10	1,33%	643.038.647,34	4,64%	667.818.357,49	3,85%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	582.022.135,59	609.189.190,47	4,67%	588.627.946,43	-3,38%	608.944.781,73	3,45%	636.788.405,80	4,57%	667.572.946,86	4,83%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	711.705.088,39	774.915.346,75	8,88%	767.171.000,00	-1,00%	775.883.203,24	1,14%	818.842.512,08	5,54%	861.920.772,95	5,26%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	696.530.353,51	746.328.485,03	7,15%	733.444.997,00	-1,73%	750.372.789,82	2,31%	790.992.147,21	5,41%	831.788.721,00	5,16%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	721.530.795,52	788.287.830,46	9,25%	767.171.000,00	-2,68%	775.883.203,24	1,14%	818.842.512,08	5,54%	861.920.772,95	5,26%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	696.738.835,44	764.379.844,79	9,71%	749.949.000,00	-1,89%	758.041.823,26	1,08%	799.614.492,75	5,48%	847.858.937,20	6,03%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	24.179.204,17	39.482.084,80	63,29%	49.868.050,57	26,31%	41.759.416,02	-16,26%	49.587.874,82	18,75%	55.009.399,31	10,93%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	23.970.722,24	21.430.725,05	-10,60%	33.364.047,57	55,68%	34.090.382,58	2,18%	40.965.529,28	20,17%	38.939.183,12	-4,95%
Dívida Pública Consolidada (DC)	60.676.207,37	52.993.985,95	-12,66%	48.492.250,55	-8,49%	45.032.774,70	-7,13%	43.623.431,41	-3,13%	42.148.242,91	-3,38%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	92.887.161,81	55.812.885,97	-39,91%	51.071.690,52	-8,49%	47.428.195,37	-7,13%	45.943.885,12	-3,13%	44.390.227,17	-3,38%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-3.290.331,67	-37.948.885,94	1053,35%	-2.053.081,96	-94,59%	-1.788.042,97	-12,91%	-1.608.035,98	-10,07%	-1.553.657,95	-3,38%

FONTE: Sistema Smarapd-Web Contabilidade - Secretaria Munic. Planej. e Finanças - Emitido em 24/04/2026

NOTA: Nos Valores a Preços Correntes - Exercícios 2024 e 2025=Previsão LOA Atualizada; 2026=Previsão LOA Inicial; e nos exercícios de 2027 e 2028=Previsão PPA 2026-2029.

Samanta Paula Albani Borini
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE BIRIGUI

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2027

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III) **R$ 1,00**

ADMINISTRAÇÃO DIRETA						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2025**	**%**	**2024**	**%**	**2023**	**%**
Patrimônio/Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	379.256,58	100,00%
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Resultado Acumulado	557.648.975,48	52,11%	366.602.950,91	2,48%	357.718.994,59	0,54%
TOTAL	**557.648.975,48**	**52,11%**	**366.602.950,91**	**2,37%**	**358.098.251,17**	**0,54%**

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2025**	**%**	**2024**	**%**	**2023**	**%**
Patrimônio/Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Reservas	3.830.603,53	28,65%	2.977.511,93	-27,00%	4.078.844,15	32,86%
Resultado Acumulado	-100.804.720,02	-25,52%	-135.337.159,95	17,02%	-115.648.834,77	459,93%
TOTAL	**-96.974.116,49**	**-26,73%**	**-132.359.648,02**	**18,63%**	**-111.569.990,62**	**534,50%**

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2025**	**%**	**2024**	**%**	**2023**	**%**
Patrimônio/Capital	264.471,59	100,00%	264.471,59	100,00%	264.471,59	100,00%
Reservas		0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Resultado Acumulado	23.171.844,18	932,36%	2.244.541,95	4,48%	2.148.245,25	-6,83%
TOTAL	**23.436.315,77**	**834,08%**	**2.509.013,54**	**3,99%**	**2.412.716,84**	**-6,13%**

FONTE: PMB/BIRIGUIPREV/FUNDAÇÃO – Relatório Anexo 14 - Balanço Patrimonial NBCASP

Samanta Paula Albani Borini
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE BIRIGUI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2027

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2025 (a)	2024 (b)	2023 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	**212.383,32**	**41.023,88**	**69.931,43**
Alienação de Bens Móveis	74.245,50	0,00	45.405,00
Alienação de Bens Imóveis	123.800,70	29.512,34	5.100,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	14.337,12	11.511,54	19.426,43

DESPESAS EXECUTADAS	2025 (d)	2024 (e)	2023 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	**25.945,97**	**162.621,11**	**83.532,00**
DESPESAS DE CAPITAL	**25.945,97**	**162.621,11**	**83.532,00**
Investimentos	25.945,97	162.621,11	83.532,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00

SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	2022 (j)
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	216.484,09

SALDO FINANCEIRO	2025 (g)=((Ia–IId)+IIIh)	2024 (h)=((Ib–IIe)+IIIi)	2023 (i)=(Ic–IIf)+IVj)
VALOR (III)	267.723,64	81.286,29	202.883,52

FONTE: Sistema Smarapd-Web Contabilidade - Secretaria Munic. Planej. e Finanças - Emitido em 24/04/2026

Samanta Paula Albani Borini
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE BIRIGUI

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2027

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") — R$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (I)	**50.912.144,45**	**73.059.251,01**	**85.955.684,52**
Receita de Contribuições dos Segurados	**8.178.296,57**	**9.282.841,93**	**10.087.819,85**
Ativo	7.998.647,44	9.077.860,90	9.843.617,82
Inativo	152.685,18	184.199,01	208.638,79
Pensionista	26.963,95	20.782,02	35.563,24
Receita de Contribuições Patronais	**8.736.361,50**	**9.725.963,37**	**8.218.272,45**
Ativo	8.736.361,50	9.725.963,37	8.218.272,45
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial	**14.966.545,01**	**38.981.734,76**	**50.383.501,19**
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários	14.966.545,01	38.981.734,76	50.383.501,19
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	**19.030.941,37**	**15.068.710,95**	**17.266.091,03**
Compensação Financeira entre os Regimes	4.850.451,28	6.753.951,19	9.364.867,43
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]		1.345.682,66	1.456.365,14
Demais Receitas Correntes	14.180.490,09	6.969.077,10	6.444.858,46
RECEITAS DE CAPITAL (III)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**50.912.144,45**	**73.059.251,01**	**85.955.684,52**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2023	2024	2025
Benefícios	**32.825.277,89**	**34.674.864,54**	**36.039.021,95**
Aposentadorias	25.189.173,32	26.205.697,60	26.688.214,52
Pensões por Morte	7.636.104,57	8.469.166,94	9.350.807,43
Outras Despesas Previdenciárias	**363.000,77**	**288.465,67**	**554.156,89**
Compensação Financeira entre os Regimes	141.299,38	276.751,09	473.173,76
Demais Despesas Previdenciárias	221.701,39	11.714,58	80.983,13
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**33.188.278,66**	**34.963.330,21**	**36.593.178,84**

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)[2]	**17.723.865,79**	**38.095.920,80**	**49.362.505,68**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2023	2024	2025
VALOR			

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2023	2024	2025
VALOR	7.270.000,00	2.102.393,00	23.772.200,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	2023	2024	2025
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar		1.345.682,66	1.456.365,14
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2023	2024	2025
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações	269.408.280,95	296.247.726,32	331.708.530,48
Outro Bens e Direitos	21.788.077,47	29.801.175,99	29.136.121,23

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (VII)	**30.432.871,17**	**35.290.990,87**	**38.746.887,65**
Receita de Contribuições dos Segurados	**11.959.757,85**	**12.672.416,58**	**13.430.346,52**
Ativo	10.995.115,58	11.400.185,21	11.825.237,21
Inativo	950.511,34	1.257.769,35	1.589.008,34
Pensionista	14.130,93	14.462,02	16.100,97
Receita de Contribuições Patronais	**12.565.852,13**	**13.028.964,68**	**13.515.028,93**
Ativo	12.565.852,13	13.028.964,68	13.515.028,93
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial	**515.871,72**	**262.447,72**	**230.582,87**
Receitas Imobiliárias	-	-	
Receitas de Valores Mobiliários	515.871,72	262.447,72	230.582,87
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	**5.391.389,47**	**9.327.161,89**	**11.570.929,33**
Compensação Financeira entre os regimes	1.693.195,21	4.421.101,84	5.197.704,99
Demais Receitas Correntes	3.698.194,26	4.906.060,05	6.373.224,34
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	**30.432.871,17**	**35.290.990,87**	**38.746.887,65**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2023	2024	2025
Benefícios	**35.368.857,50**	**42.347.181,76**	**36.186.126,10**
Aposentadorias	30.531.399,35	37.064.160,48	30.539.816,23
Pensões por Morte	4.837.458,15	5.283.021,28	5.646.309,87
Outras Despesas Previdenciárias	**80.474,81**	**16.165,18**	**479.199,26**
Compensação Financeira entre os Regimes	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	80.474,81	16.165,18	479.199,26
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	**35.449.332,31**	**42.363.346,94**	**36.665.325,36**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)[2]	**- 5.016.461,14**	**- 7.072.356,07**	**2.081.562,29**

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	2023	2024	2025
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	10.611.238,42	14.679.785,74	26.837.958,99
Recursos para Formação de Reserva	7.420.000,00	7.660.000,00	3.340.000,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2023	2024	2025
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.348,43	-
Investimentos e Aplicações	6.234.045,40	6.270.086,95	5.488.841,23
Outro Bens e Direitos	13.061.883,74	12.606.745,62	5.019.267,87

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS[3]	2023	2024	2025
Receitas Correntes	317.420,00	312.250,00	313.506,82
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**317.420,00**	**312.250,00**	**313.506,82**

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2023	2024	2025
Despesas Correntes (XIII)	**1.872.002,33**	**2.122.819,23**	**2.155.994,75**
Pessoal e Encargos Sociais	1.436.248,12	1.480.508,13	1.596.551,91
Demais Despesas Correntes	435.754,21	642.311,10	559.442,84
Despesas de Capital (XIV)	798,00	292.251,15	22.782,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**1.872.800,33**	**2.415.070,38**	**2.178.776,75**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)[3]	**- 1.555.380,33**	**- 2.102.820,38**	**- 1.865.269,93**

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	2023	2024	2025
Caixa e Equivalentes de Caixa			-
Investimentos e Aplicações	4.078.844,15	2.977.511,93	3.830.603,53
Outro Bens e Direitos	3.201.786,02	3.342.112,39	3.266.093,83

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO

RECEITAS PREVIDENCIARIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2023	2024	2025
Contribuições dos Servidores			
Demais Receitas Previdenciárias			
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)			

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2023	2024	2025
Aposentadorias	11.288.199,84	13.994.105,68	29.620.912,24
Pensões			
Outras Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	**11.288.199,84**	**13.994.105,68**	**29.620.912,24**
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)[2]	**- 11.288.199,84**	**-13.994.105,68**	**- 29.620.912,24**

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) +
2023	33.403.346,31	32.157.285,44	1.246.060,87	241.462.503,89
2024	24.383.579,29	29.810.658,09	- 5.427.078,80	236.035.425,09
2025	30.847.564,63	34.697.027,59	- 3.849.462,96	301.645.862,25

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) +
2023	21.465.947,47	47.887.041,98	- 26.421.094,51	- 54.727.445,05
2024	21.072.595,63	50.453.620,43	- 29.381.024,80	- 84.108.469,85
2025	62.712.668,86	62.712.668,86	-	-

FONTE: Instituto de Previdência do Município de Birigui - BIRIGUIPREV. Emissão: 24/04/2026

Samanta Paula Alfani Borim
Prefeita Municipal

CONDE CONSULTORIA ATUARIAL

Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

BirigüiPrev

FLUXO ATUARIAL - PLANO PREVIDENCIÁRIO - A VALORES CORRENTES

Birigui

Valores em R$

Ano	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) - (d Exerc. Anterior) + (c)
2025	-	-	-	331.708.530,48
2026	30.614.391,78	37.509.026,79	(6.894.635,01)	324.813.895,47
2027	38.900.394,87	36.244.583,01	2.655.811,86	327.469.707,33
2028	37.885.760,46	34.921.571,81	2.964.188,65	330.433.895,98
2029	37.682.993,15	33.679.987,51	4.003.005,64	334.436.901,62
2030	37.859.301,32	32.247.147,94	5.612.153,37	340.049.054,99
2031	38.038.030,92	30.768.713,61	7.269.317,31	347.318.372,30
2032	38.220.715,14	29.254.287,53	8.966.427,61	356.284.799,91
2033	37.678.982,20	27.785.604,38	9.893.377,82	366.178.177,73
2034	37.027.074,67	26.228.271,45	10.798.803,22	376.976.980,95
2035	37.229.497,82	24.669.111,84	12.560.385,98	389.537.366,93
2036	38.097.823,22	27.925.206,36	10.172.616,86	399.709.983,79
2037	38.419.543,28	27.113.458,12	11.306.085,16	411.016.068,96
2038	39.123.023,23	29.142.342,10	9.980.681,14	420.996.750,09
2039	39.497.233,97	28.559.346,56	10.937.887,41	431.934.637,50
2040	40.834.314,97	35.161.992,12	5.672.322,85	437.606.960,36
2041	41.675.520,99	38.130.522,71	3.544.998,29	441.151.958,64
2042	42.930.187,79	44.259.129,73	(1.328.941,94)	439.823.016,70
2043	43.788.506,71	47.268.618,72	(3.480.112,00)	436.342.904,70
2044	45.195.816,29	54.652.637,56	(9.456.821,28)	426.886.083,42
2045	45.808.467,50	55.997.377,18	(10.188.909,67)	416.697.173,75
2046	46.991.017,45	61.896.314,54	(14.905.297,08)	401.791.876,67
2047	48.309.908,62	68.947.111,63	(20.637.203,02)	381.154.673,65
2048	49.537.773,79	75.511.385,74	(25.973.611,96)	355.181.061,69
2049	50.466.543,99	79.752.411,86	(29.285.867,87)	325.895.193,83
2050	51.277.599,57	83.214.599,23	(31.936.999,66)	293.958.194,16
2051	52.121.873,63	87.045.519,04	(34.923.645,41)	259.034.548,75
2052	52.859.848,20	90.207.088,08	(37.347.239,88)	221.687.308,87
2053	53.537.520,40	92.932.298,84	(39.394.778,44)	182.292.530,43
2054	54.104.029,65	94.976.259,18	(40.872.229,53)	141.420.300,91
2055	54.393.103,74	94.831.732,28	(40.438.628,53)	100.981.672,37
2056	54.678.780,12	94.821.084,07	(40.142.303,95)	60.839.368,42
2057	54.846.202,30	93.877.895,24	(39.031.692,94)	21.807.675,48
2058	55.019.094,64	93.491.676,07	(38.472.581,43)	(16.664.905,95)
2059	55.109.178,97	92.176.462,03	(37.067.283,05)	(53.732.189,00)
2060	55.150.733,06	90.775.618,17	(35.624.885,11)	(89.357.074,11)
2061	55.208.062,95	89.670.585,07	(34.462.522,12)	(123.819.596,23)
2062	55.221.070,99	88.308.512,35	(33.087.441,36)	(156.907.037,59)
2063	55.198.859,41	86.699.920,85	(31.501.061,45)	(188.408.099,04)
2064	55.158.449,67	84.766.009,71	(29.607.560,04)	(218.015.659,07)
2065	55.106.912,08	83.337.486,28	(28.230.574,20)	(246.246.233,27)
2066	55.005.923,44	82.794.355,27	(27.788.431,83)	(274.034.665,10)
2067	54.881.185,28	81.271.306,40	(26.390.121,12)	(300.424.786,22)
2068	37.317.604,12	80.289.996,71	(42.972.392,59)	(343.397.178,81)
2069	37.200.943,08	78.091.973,89	(40.891.030,82)	(384.288.209,63)
2070	37.060.927,54	77.777.551,80	(40.716.624,26)	(425.004.833,89)
2071	36.887.935,09	77.269.406,12	(40.381.471,03)	(465.386.304,92)
2072	36.751.297,86	76.342.945,37	(39.591.647,51)	(504.977.952,43)
2073	36.602.963,50	74.658.705,51	(38.055.742,01)	(543.033.694,44)
2074	36.476.272,40	75.142.031,22	(38.665.758,82)	(581.699.453,27)
2075	36.382.070,79	73.464.496,28	(37.082.425,49)	(618.781.878,76)
2076	36.255.554,62	74.109.543,66	(37.853.989,04)	(656.635.867,80)
2077	36.159.676,03	73.439.292,11	(37.279.616,07)	(693.915.483,87)
2078	36.075.231,95	73.413.984,37	(37.338.752,41)	(731.254.236,28)
2079	35.997.366,46	72.713.867,82	(36.716.501,36)	(767.970.737,64)

FLUXO ATUARIAL - PLANO PREVIDENCIÁRIO - A VALORES CORRENTES

Birigui

Valores em R$

Ano	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) - (d Exerc. Anterior) + (c)
2080	36.000.217,14	73.255.063,66	(37.254.846,52)	(805.225.584,16)
2081	36.004.277,75	72.052.845,05	(36.048.567,30)	(841.274.151,46)
2082	36.014.104,70	72.520.630,51	(36.506.525,80)	(877.780.677,26)
2083	36.067.832,94	71.828.161,08	(35.760.328,14)	(913.541.005,40)
2084	36.115.135,19	72.643.644,03	(36.528.508,84)	(950.069.514,24)
2085	36.218.532,97	71.497.519,28	(35.278.986,31)	(985.348.500,55)
2086	36.332.493,26	72.430.893,05	(36.098.399,78)	(1.021.446.900,34)
2087	36.440.972,40	71.698.200,84	(35.257.228,44)	(1.056.704.128,78)
2088	36.558.665,55	71.933.986,34	(35.375.320,79)	(1.092.079.449,57)
2089	36.702.644,78	71.926.733,16	(35.224.088,38)	(1.127.303.537,95)
2090	36.837.165,99	72.245.037,38	(35.407.871,39)	(1.162.711.409,34)
2091	36.996.017,29	71.800.308,03	(34.804.290,73)	(1.197.515.700,08)
2092	37.109.554,19	73.056.011,79	(35.946.457,59)	(1.233.462.157,67)
2093	37.259.034,02	72.850.375,07	(35.591.341,06)	(1.269.053.498,72)
2094	37.378.043,02	73.457.780,45	(36.079.737,43)	(1.305.133.236,15)
2095	37.515.462,68	73.236.742,28	(35.721.279,60)	(1.340.854.515,75)
2096	37.579.785,13	74.174.315,96	(36.594.530,83)	(1.377.449.046,58)
2097	37.677.911,36	73.973.044,18	(36.295.132,83)	(1.413.744.179,41)
2098	37.785.564,35	74.659.876,15	(36.874.311,80)	(1.450.618.491,21)
2099	37.879.257,57	74.507.887,81	(36.628.630,24)	(1.487.247.121,44)
2100	37.966.748,78	74.624.484,56	(36.657.735,78)	(1.523.904.857,22)

CONDE
CONSULTORIA ATUARIAL

Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

BirigüiPrev

FLUXO ATUARIAL - PLANO FINANCEIRO - A VALORES CORRENTES

Birigui

Valores em R$

Ano	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) - (d Exerc. Anterior) + (c)
2026	71.685.630,66	71.685.630,66	-	-
2027	77.134.689,85	77.134.689,85	-	-
2028	86.910.543,40	86.910.543,40	-	-
2029	96.515.516,52	96.515.516,52	-	-
2030	102.351.038,95	102.351.038,95	-	-
2031	105.785.844,01	105.785.844,01	-	-
2032	113.017.970,80	113.017.970,80	-	-
2033	116.805.123,39	116.805.123,39	-	-
2034	122.988.268,36	122.988.268,36	-	-
2035	127.366.144,34	127.366.144,34	-	-
2036	131.477.351,60	131.477.351,60	-	-
2037	132.968.143,42	132.968.143,42	-	-
2038	135.542.051,13	135.542.051,13	-	-
2039	134.690.379,20	134.690.379,20	-	-
2040	133.220.884,46	133.220.884,46	-	-
2041	130.730.511,07	130.730.511,07	-	-
2042	128.570.645,70	128.570.645,70	-	-
2043	125.284.571,22	125.284.571,22	-	-
2044	121.795.537,45	121.795.537,45	-	-
2045	117.979.091,65	117.979.091,65	-	-
2046	113.190.118,95	113.190.118,95	-	-
2047	107.940.382,19	107.940.382,19	-	-
2048	102.742.436,94	102.742.436,94	-	-
2049	96.911.009,34	96.911.009,34	-	-
2050	91.011.271,57	91.011.271,57	-	-
2051	85.074.638,83	85.074.638,83	-	-
2052	79.137.448,88	79.137.448,88	-	-
2053	73.235.424,19	73.235.424,19	-	-
2054	67.406.842,66	67.406.842,66	-	-
2055	61.689.407,61	61.689.407,61	-	-
2056	56.118.476,17	56.118.476,17	-	-
2057	50.727.551,42	50.727.551,42	-	-
2058	45.549.701,17	45.549.701,17	-	-
2059	40.610.394,49	40.610.394,49	-	-
2060	35.938.989,30	35.938.989,30	-	-
2061	31.564.984,33	31.564.984,33	-	-
2062	27.510.469,63	27.510.469,63	-	-
2063	23.795.021,58	23.795.021,58	-	-
2064	20.422.811,42	20.422.811,42	-	-
2065	17.396.178,67	17.396.178,67	-	-
2066	14.713.329,66	14.713.329,66	-	-
2067	12.359.393,31	12.359.393,31	-	-
2068	10.309.452,19	10.309.452,19	-	-
2069	8.543.393,26	8.543.393,26	-	-
2070	7.031.397,72	7.031.397,72	-	-
2071	5.752.445,68	5.752.445,68	-	-
2072	4.682.815,39	4.682.815,39	-	-
2073	3.796.690,67	3.796.690,67	-	-
2074	3.072.056,36	3.072.056,36	-	-
2075	2.489.898,10	2.489.898,10	-	-
2076	2.031.855,33	2.031.855,33	-	-
2077	1.679.245,70	1.679.245,70	-	-
2078	1.414.694,23	1.414.694,23	-	-
2079	1.228.132,95	1.228.132,95	-	-
2080	1.096.534,42	1.096.534,42	-	-
2081	1.005.782,94	1.005.782,94	-	-

CONDE
CONSULTORIA ATUARIAL

Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

BirigüiPrev

FLUXO ATUARIAL - PLANO FINANCEIRO - A VALORES CORRENTES

Birigui

Valores em R$

Ano	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) - (d Exerc. Anterior) + (c)
2082	944.082,20	944.082,20	-	-
2083	903.750,45	903.750,45	-	-
2084	871.091,55	871.091,55	-	-
2085	843.902,81	843.902,81	-	-
2086	820.610,15	820.610,15	-	-
2087	799.208,44	799.208,44	-	-
2088	778.666,15	778.666,15	-	-
2089	758.965,51	758.965,51	-	-
2090	739.981,09	739.981,09	-	-
2091	721.162,32	721.162,32	-	-
2092	702.537,13	702.537,13	-	-
2093	684.307,14	684.307,14	-	-
2094	666.244,49	666.244,49	-	-
2095	648.568,69	648.568,69	-	-
2096	630.992,86	630.992,86	-	-
2097	613.563,23	613.563,23	-	-
2098	595.885,56	595.885,56	-	-
2099	577.726,29	577.726,29	-	-
2100	558.845,06	558.845,06	-	-
2101	539.058,38	539.058,38	-	-
2102	518.250,65	518.250,65	-	-
2103	496.396,56	496.396,56	-	-
2104	473.537,79	473.537,79	-	-
2105	449.634,58	449.634,58	-	-
2106	424.876,47	424.876,47	-	-
2107	399.330,18	399.330,18	-	-
2108	371.734,90	371.734,90	-	-
2109	341.123,63	341.123,63	-	-
2110	308.496,11	308.496,11	-	-
2111	272.001,01	272.001,01	-	-
2112	237.068,89	237.068,89	-	-
2113	200.109,51	200.109,51	-	-
2114	164.422,09	164.422,09	-	-
2115	135.993,83	135.993,83	-	-
2116	109.261,88	109.261,88	-	-
2117	89.334,33	89.334,33	-	-
2118	74.014,28	74.014,28	-	-
2119	58.477,13	58.477,13	-	-
2120	40.165,84	40.165,84	-	-
2121	18.191,24	18.191,24	-	-
2122	8.851,48	8.851,48	-	-
2123	2.941,82	2.941,82	-	-
2124	957,49	957,49	-	-
2125	251,75	251,75	-	-
2126	-	-	-	-
2127	-	-	-	-
2128	-	-	-	-
2129	-	-	-	-
2130	-	-	-	-
2131	-	-	-	-
2132	-	-	-	-
2133	-	-	-	-
2134	-	-	-	-
2135	-	-	-	-
2136	-	-	-	-
2137	-	-	-	-

CONDE
CONSULTORIA ATUARIAL

Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

BirigüiPrev

FLUXO ATUARIAL - PLANO FINANCEIRO - A VALORES CORRENTES

Birigui

Valores em R$

Ano	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) - (d Exerc. Anterior) + (c)
2138	-	-	-	-
2139	-	-	-	-
2140	-	-	-	-
2141	-	-	-	-
2142	-	-	-	-
2143	-	-	-	-
2144	-	-	-	-
2145	-	-	-	-
2146	-	-	-	-
2147	-	-	-	-
2148	-	-	-	-
2149	-	-	-	-
2150	-	-	-	-
2151	-	-	-	-
2152	-	-	-	-
2153	-	-	-	-
2154	-	-	-	-
2155	-	-	-	-
2156	-	-	-	-
2157	-	-	-	-
2158	-	-	-	-
2159	-	-	-	-
2160	-	-	-	-
2161	-	-	-	-
2162	-	-	-	-
2163	-	-	-	-
2164	-	-	-	-
2165	-	-	-	-
2166	-	-	-	-
2167	-	-	-	-
2168	-	-	-	-
2169	-	-	-	-
2170	-	-	-	-
2171	-	-	-	-
2172	-	-	-	-
2173	-	-	-	-
2174	-	-	-	-
2175	-	-	-	-

MUNICÍPIO DE BIRIGUI

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2027

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) — R$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2027	2028	2029	
1.1.1.2.50.0.1.02.00 - Imposto Propriedade Territorial - IPTU	PROGRAMA DE INCENTIVOS FISCAIS PARA EMPREENDIMENTOS DO SETOR DE OPERAÇÕES LOGÍSTICAS	DIVERSOS	232.000,00	242.000,00	252.000,00	Incremento no valor adicionado do ICMS com o aumento da receita em virtude do faturamento de novas empresas atraídas pela redução das alíquotas de IPTU, ISSQN e ITBI.
1.1.1.4.51.1.1.00.00 - Imp s/Serv Qualquer Natureza-ISSQN - Principal	PROGRAMA PARA ESTIMULAR A GERAÇÃO DE EMPREGOS	DIVERSOS	2.300.000,00	2.400.000,00	2.500.000,00	Incremento no valor adicionado do ICMS com o aumento da receita em virtude do faturamento de novas empresas atraídas pela redução da alíquota de ISSQN.
1.1.1.4.51.1.1.00.00 - Imo s/Serv Qualquer Natureza-ISSQN - Principal	PROGRAMA DE INCENTIVOS FISCAIS PARA EMPREENDIMENTOS DO SETOR DE OPERAÇÕES LOGÍSTICAS	DIVERSOS	115.000,00	120.000,00	125.000,00	Incremento no valor adicionado do ICMS com o aumento da receita em virtude do faturamento de novas empresas atraídas pela redução das alíquotas de IPTU, ISSQN e ITBI.
TOTAL			**2.647.000,00**	**2.762.000,00**	**2.877.000,00**	

FONTE: Sistema Smarapd-Web Contabilidade - Secretaria Munic. Planej. e Finanças - Emitido em 24/04/2026 (ESTIMATIVA)

Samanta Paula Albani Borini
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE BIRIGUI

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2027

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

R$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2027
Aumento Permanente da Receita	41.867.000,00
(-) Transferências Constitucionais	27.700.000,00
(-) Transferências ao FUNDEB	6.700.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	7.467.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	7.467.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	7.467.000,00

FONTE: Sistema Smarapd-Web Contabilidade - Secretaria Munic. Planej. e Finanças - Emitido em 24/04/2026

Samanta Paula Albani Borini
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE BIRIGUI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2027

ARF (LRF, art 4º, § 3º) R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	14.273.000,00	Contigenciamento de despesas no valor da demanda efetiva	20.338.938,24
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		
Avais e Garantias Concedidas	0,00		
Assunção de Passivos	0,00		
Assistências Diversas	0,00		
Outros Passivos Contingentes	6.065.938,24		
SUBTOTAL	**20.338.938,24**	**SUBTOTAL**	**20.338.938,24**

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Restituição de Tributos a Maior	961.061,76	Contigenciamento de despesas no valor da demanda efetiva	961.061,76
Frustração de Arrecadação	0,00		
Discrepância de Projeções:	0,00		
Outros Riscos Fiscais	0,00		
SUBTOTAL	**961.061,76**	**SUBTOTAL**	**961.061,76**
TOTAL	**21.300.000,00**	**TOTAL**	**21.300.000,00**

FONTE: Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos / Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças - Diretoria de Controle Financeiro

Samanta Paula Albani Borini
Prefeita Municipal

Anexo V – Descrição dos Programas, Metas e Custos

Controle: Original

Unidade Responsável: 02.05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Programa: 0000 - ENCARGOS ESPECIAIS

Tipo: Apoio Administrativo **Natureza:** Contínuo

Objetivo: Alocar Recursos Orçamentários Destinados ao Programa de Despesa do Serviço da Dívida Pública

Justificativa: Obrigatoriedade de Amortizar as Dívidas Municipais

Metas Físicas

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta para Exercício LDO
Percentual Contratual do Exercício	PERCENTUAL	100,00	100,00	100,00

Custo Estimado para o Programa no exercício: R$ 18.514.000,00

Anexo V – Descrição dos Programas, Metas e Custos

Controle: Original

Unidade Responsável: 01.01.01 - CÂMARA MUNICIPAL

Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DO LEGISLATIVO

Tipo: Apoio Administrativo **Natureza:** Contínuo

Objetivo: Fiscalizar o Poder Executivo Municipal e elaborar ou aprovar as Leis de competência do Município.

Justificativa: Necessidade do Estado de direito da existência de normas jurídicas que regulem o papel constitucionalista de fiscalizar todos os Atos do Poder Executivo Municipal.

Metas Físicas

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta para Exercício LDO
SESSÕES REALIZADAS	UNIDADE	45,00	45,00	45,00

Custo Estimado para o Programa no exercício: R$ 7.633.400,00

Anexo V – Descrição dos Programas, Metas e Custos

Controle: Original

Unidade Responsável: 01.01.01 - CÂMARA MUNICIPAL

Programa: 0002 - GESTÃO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA DO LEGISLATIVO

Tipo: Apoio Administrativo **Natureza:** Contínuo

Objetivo: Adquirir equipamentos de informática e móveis e utensílios em geral, conforme as necessidades desta Secretaria.

Justificativa: O Poder Legislativo necessita de apoio administrativo para que se possa realizar suas atividades e cumprir com suas obrigações.

Metas Físicas

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta para Exercício LDO
SERVIDORES EFETIVOS	UNIDADE	19,00	26,00	22,00

Custo Estimado para o Programa no exercício: R$ 8.266.600,00

Anexo V – Descrição dos Programas, Metas e Custos

Controle: Original

Unidade Responsável: 02.05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Programa: 0003 - GESTÃO PÚBLICA EFICIÊNTE E INTEGRADA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Tipo: Apoio Administrativo **Natureza:** Contínuo

Objetivo: Desenvolver as atividades administrativas, com foco na modernização de processos, integração de sistemas e capacitação de equipes, visando garantir uma gestão pública mais ágil, transparente e eficaz na entrega de serviços ao cidadão.

Justificativa: Otimizar o uso de recursos financeiros e humanos nas atividades administrativas das secretarias municipais, identificar e eliminar gargalos e desperdícios, dando suporte às secretarias finalísticas.

Metas Físicas

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta para Exercício LDO
Índice de Inadimplência dos Tributos Municipais	Percentual	22,00	18,00	20,00
Unidades de Apoio Administrativo Mantidas	Unidade	7,00	7,00	7,00

Custo Estimado para o Programa no exercício: R$ 56.944.000,00

Anexo V – Descrição dos Programas, Metas e Custos

Controle: Original

Unidade Responsável: 02.16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Programa: 0005 - GESTÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Tipo: Finalístico **Natureza:** Contínuo

Objetivo: Desenvolver ações com a busca pela reposição e gradual aumento de árvores existentes no município, trazendo consciência e educação ambiental e apoio através de parcerias com proprietários rurais e produtores agropecuários.

Justificativa: Promover a conservação e melhorias na arborização do município, envolvendo educação ambiental e parcerias com a agropecuária.

Metas Físicas

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta para Exercício LDO
INDICE DE REPOSIÇÃO DE ÁRVORES	INDICE	1,00	1,20	1,10

Custo Estimado para o Programa no exercício: R$ 2.841.000,00

Anexo V – Descrição dos Programas, Metas e Custos

Controle: Original

Unidade Responsável: 02.09.01 - SECRETARIA ASSIST DESENV SOCIAL

Programa: 0006 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR

Tipo: Finalístico **Natureza:** Contínuo

Objetivo: Promover a produção, a oferta, o acesso e o consumo de alimentos adequados e saudáveis, com base em sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e resilientes, priorizando os grupos populacionais vulnerabilizados e fortalecendo o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional

Justificativa: O programa visa implementar de forma articulada, um conjunto de ações voltadas para assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada promovido nos diversos setores da política pública com fortalecimento da participação social e atento às especificidades sociais, culturais e territoriais dos grupos populacionais mais vulneráveis

Metas Físicas

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta para Exercício LDO
Famílias em insegurança alimentar	NÚMERO	1.024,00	300,00	420,00
Quantidade de alimentos recuperados no ano	TONELADA	55,00	97,00	75,00
Quantidade de alimentos doados às entidades socioassistenciais e famílias em insegurança alimentar	TONELADA	180,00	400,00	250,00
Refeições servidas no ano	NÚMERO	25.000,00	85.000,00	65.000,00

Custo Estimado para o Programa no exercício: R$ 2.690.000,00

Anexo V – Descrição dos Programas, Metas e Custos

Controle: Original

Unidade Responsável: 02.16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Programa: 0007 - INFRAESTRUTURA E GESTÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTOS DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Tipo: Finalístico **Natureza:** Contínuo

Objetivo: Modernizar e estruturar os serviços da secretaria para a gestão e manutenção dos serviços de água e esgoto do município de Birigui.

Justificativa: Promover os serviços básicos de operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do município de Birigui, bem como o planejamento e ampliação dos sistemas de forma a torna-los o mais eficientes possível.

Metas Físicas

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta para Exercício LDO
Número de ligações de água	UNIDADE	58.350,00	61.150,00	59.750,00
Número de ligações de esgoto	UNIDADE	58.261,00	60.101,00	59.181,00

Custo Estimado para o Programa no exercício: R$ 44.567.000,00

Anexo V – Descrição dos Programas, Metas e Custos

Controle: Original

Unidade Responsável: 02.18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

Programa: 0008 - MOBILIDADE AO ALCANCE DE TODOS

Tipo: Finalístico **Natureza:** Contínuo

Objetivo: Impactar diretamente a segurança viária de Birigui, reduzindo os índices de acidentes de transito melhorando a sinalização horizontal, vertical, promovendo ações educativas de conscientização no trânsito por meio de ações conjuntas e coordenadas com todas as forças de segurança do município.

Justificativa: O crescimento ascendente da população, bem como do número considerável de veículos nas vias públicas de Birigui que elevam consideravelmente os riscos de acidentes de trânsito.

Metas Físicas

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta para Exercício LDO
Redução de índice de acidentes de trânsito	UNIDADE	837,48	784,80	811,10
Redução de índice de acidentes de trânsito com morte	UNIDADE	20,33	18,32	19,69

Custo Estimado para o Programa no exercício: R$ 5.186.000,00

Anexo V – Descrição dos Programas, Metas e Custos

Controle: Original

Unidade Responsável: 02.15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

Programa: 0009 - RETOMADA ESPORTIVA – BIRIGUI EM MOVIMENTO

Tipo: Finalístico **Natureza:** Contínuo

Objetivo: Fortalecer a política municipal de esporte por meio da retomada e ampliação das atividades esportivas, da participação em eventos oficiais do Governo do Estado de São Paulo e ligas, da promoção de eventos esportivos e da descentralização das ações, promovendo saúde, inclusão e desenvolvimento social, por meio de investimentos, aquisição de materiais e equipamentos esportivos, reformas, manutenções, criação de novos espaços e taxa de serviços.

Justificativa: Fortalecimento da política de esporte é essencial para garantir o acesso da população às práticas esportivas como promoção da saúde, inclusão social e desenvolvimento humano. A retomada e ampliação das atividades esportivas, aliadas à participação em eventos oficiais do Estado de SP e ligas, contribuem para o estímulo ao desempenho atlético, à valorização dos talentos locais e ao fortalecimento do sentimento de pertencimento comunitário. A promoção de eventos esportivos no município e a descentralização das ações são estratégias fundamentais para alcançar diferentes territórios e públicos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social, democratizando o acesso ao esporte. Para isso, o investimento contínuo em infraestrutura esportiva, com aquisição de materiais e equipamentos adequados, além da realização de reformas, manutenções, criação de novos espaços e custeio de taxas de serviços. Essas ações buscam resgatar a vocação esportiva.

Metas Físicas

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta para Exercício LDO
Pessoas inscritas nas modalidades esportivas oferecidas pela Secretaria Municipal de Esportes	UNIDADE	1.000,00	1.400,00	1.200,00
Participações em competições oficiais do Governo do Estado de São Paulo	PORCENTAGEM	50,00	90,00	70,00
Espaços Esportivos com atendimento das modalidades oferecidas pela Secretaria Municipal de Esportes	UNIDADE	7,00	18,00	13,00

Custo Estimado para o Programa no exercício: R$ 6.012.000,00

Anexo V – Descrição dos Programas, Metas e Custos

Controle: Original

Unidade Responsável: 02.17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Programa: 0010 - FOMENTO À DIVERSIDADE CULTURAL E TURÍSTICA DE BIRIGUI

Tipo: Finalístico **Natureza:** Contínuo

Objetivo: Garantir o acesso aos bens e serviços culturais, criar condições à livre iniciativa e desenvolvimento a partir de políticas públicas baseadas no Plano Municipal de Cultura e no Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico, proporcionando o desenvolvimento humano.

Justificativa: Diante da pluralidade e diversidade de manifestações artísticas, culturais e turísticas no município, torna-se necessário implementar o Plano Municipal de Cultura (Lei nº 6.080, de 8 de Setembro de 2015) e o Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico de Birigui (Lei Complementar nº 95, de 11 de Maio de 2018)

Metas Físicas

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta para Exercício LDO
Ações/ atividades culturais/turísticas fomentadas	UNIDADE	143,00	147,00	146,00
Participação da Cultura e Turismo na Despesa Própria do Executivo Municipal	Percentual	0,75	1,00	0,90

Custo Estimado para o Programa no exercício: R$ 3.477.000,00

Anexo V – Descrição dos Programas, Metas e Custos

Controle: Original

Unidade Responsável: 02.01.03 - FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE

Programa: 0011 - FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE: INCLUSÃO, GERAÇÃO DE RENDA E SUBSISTÊNCIA

Tipo: Finalístico **Natureza:** Contínuo

Objetivo: Fomentar, em conjunto com a sociedade civil, a realização de ações que contribuam com a melhora da qualidade de vida do cidadão em situação de vulnerabilidade social, visando a promover a diminuição da desigualdade social.

Justificativa: Oferecer serviços de qualidade, visando à redução da desigualdade social, fortalecimento familiar e comunitário, aprimoramento pessoal e profissional, promover geração de renda e autonomia financeira.

Metas Físicas

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta para Exercício LDO
Pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social atendidas.	UNIDADE	1.700,00	2.000,00	1.800,00
Pessoas capacitadas em cursos profissionalizantes	UNIDADE	50,00	180,00	120,00
Pessoas Participantes das Atividades Esportivas	UNIDADE	100,00	140,00	120,00

Custo Estimado para o Programa no exercício: R$ 1.594.000,00

Anexo V – Descrição dos Programas, Metas e Custos

Controle: Original

Unidade Responsável: 02.13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Programa: 0012 - CIDADE LIMPA, ACESSÍVEL E ILUMINADA

Tipo: Finalístico **Natureza:** Contínuo

Objetivo: Promover o bem-estar social, estimular o desenvolvimento econômico local, por meio de ações integradas de zeladoria urbana, criando um ambiente urbano agradável, seguro e funcional, com foco na limpeza pública, acessibilidade, e na modernização e expansão da iluminação pública.

Justificativa: Necessidade de atender as demandas e expectativas da população por um ambiente urbano que reflita os padrões de uma cidade moderna e preocupada com o bem-estar de seus habitantes

Metas Físicas

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta para Exercício LDO
Pontos de Iluminação pública LED cadastrados	PERCENTUAL	5,00	95,00	60,00
Lixo coletado reciclável	PERCENTUAL	0,00	100,00	30,00
Resíduos sólidos coletado	TONELADA	32.800,00	40.000,00	36.000,00

Custo Estimado para o Programa no exercício: R$ 37.566.000,00

Anexo V – Descrição dos Programas, Metas e Custos

Controle: Original

Unidade Responsável: 02.12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Programa: 0013 - DESENVOLVIMENTO E INFRAESTRUTURA URBANA

Tipo: Finalístico **Natureza:** Contínuo

Objetivo: Melhorar e ampliar a malha viária urbana, aperfeiçoar os sistemas de micro e macrodrenagem e fortalecer a capacidade técnica e operacional da Secretaria de Obras, por meio da modernização da gestão, integrando de forma eficiente as demandas técnicas bem como os serviços prestados ao público. Promover processos ágeis e eficazes, assegurando a qualidade dos serviços e o aprimoramento contínuo da infraestrutura urbana, em alinhamento com as demandas do município.

Justificativa: Necessidade de conservação e ampliação da malha viária, de obras de drenagem e dispositivos auxiliares, tendo impacto diretamente no desenvolvimento local e qualidade de vida dos cidadãos.

Metas Físicas

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta para Exercício LDO
Levantamento topográfico da área urbana do munícipio	PERCENTUAL	0,00	15,00	10,00
Recapeamento da malha urbana viária	METRO QUADRADO	0,00	100.000,00	100.000,00
Pavimentação da malha urbana viária	METRO QUADRADO	700,00	9.000,00	7.000,00
Execução de dispositivos de drenagem urbana (galerias de águas pluviais e canalização de córregos)	METRO LINEAR	120,00	150,00	150,00
Construção e Reparos de sarjetões	UNIDADE	40,00	100,00	50,00

Custo Estimado para o Programa no exercício: R$ 13.955.000,00

Anexo V – Descrição dos Programas, Metas e Custos

Controle: Original

Unidade Responsável: 02.08.00 - CORPO DE BOMBEIROS E DEPENDÊNCIAS

Programa: 0014 - CORPO DE BOMBEIROS NO MUNICÍPIO

Tipo: Finalístico **Natureza:** Contínuo

Objetivo: Atender a população, proteger a vida, o meio ambiente e o patrimônio, nas ações de prevenção e pronta resposta ás emergências. Fazer cumprir as leis de segurança contra incêndio.

Justificativa: Necessidade de promover a conscientização prevencionistas por meio de educação pública e atuar na pronta resposta das emergências.

Metas Físicas

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta para Exercício LDO
Ocorrências Atendidas	UNIDADE	5.500,00	5.000,00	5.250,00

Custo Estimado para o Programa no exercício: R$ 1.750.000,00

Anexo V – Descrição dos Programas, Metas e Custos

Controle: Original

Unidade Responsável: 02.11.01 - EDUCAÇÃO BÁSICA E COMPLEMENTAR

Programa: 0015 - ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE EDUCAÇÃO

Tipo: Finalístico **Natureza:** Contínuo

Objetivo: Promover Educação Básica Pública, Gratuita e Inclusiva, Baseada na Democracia, Liberdade de Expressão, Solidariedade e Respeito aos Direitos Humanos; Garantir a Oferta de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Atendimento Educacional Especial; Investir na Valorização dos Profissionais de Educação

Justificativa: Oportunizar a Alfabetização de Crianças e Jovens para Independência na Vida Adulta, Pessoal e Profissional, Através de Uma Educação de Qualidade, com a Valorização dos Profissionais da Educação, Apoio às Demandas de Novas Tecnologias Aplicando Metodologias Ativas, Atendimento das Demandas da Educação Infantil, Ensino Fundamental, EJA e Educação Especial no Município.

Metas Físicas

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta para Exercício LDO
PERCENTUAL DE APROVAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL	PERCENTUAL	97,00	100,00	98,00
PERCENTUAL DE ALUNOS ALFABÉTICOS AO FINAL DO 2° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	PERCENTUAL	86,00	90,00	88,00
IDEB (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA)	NOTAS	7,10	7,50	7,20
PERCENTUAL DE DOCENTES QUE PARTICIPAM DE PROGRAMAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA	PERCENTUAL	87,00	100,00	94,00
ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS ATENDIDOS	UNIDADE	478,00	550,00	500,00

Custo Estimado para o Programa no exercício: R$ 180.963.000,00

Anexo V – Descrição dos Programas, Metas e Custos

Controle: Original

Unidade Responsável: 02.11.01 - EDUCAÇÃO BÁSICA E COMPLEMENTAR

Programa: 0016 - EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR

Tipo: Finalístico **Natureza:** Contínuo

Objetivo: Desenvolver Atividades Para Atendimento Complementar de Bolsas de Estudos, Residência Pedagógica e Repasse Financeiro para a Educação Especial.

Justificativa: Oferecimento de Bolsas de Estudos a Alunos Carentes que cursam Ensino Superior e Atendimento de Ordem Judicial.

Metas Físicas

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta para Exercício LDO
NÚMERO DE BOLSAS CONCEDIDAS	UNIDADE	150,00	150,00	150,00
REPASSE FINANCEIRO A ENTIDADE ESPECIALIZADA EM ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO ESPECIAL	UNIDADE	1,00	1,00	1,00

Custo Estimado para o Programa no exercício: R$ 2.194.400,00

Anexo V – Descrição dos Programas, Metas e Custos

Controle: Original

Unidade Responsável: 02.11.01 - EDUCAÇÃO BÁSICA E COMPLEMENTAR

Programa: 0017 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Tipo: Finalístico **Natureza:** Contínuo

Objetivo: Garantir a alimentação escolar e promover a educação alimentar e nutricional dos alunos da educação básica pública. O programa busca contribuir para o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis, assegurando refeições que atendam às necessidades nutricionais durante o período letivo . Na Diretoria DPDME adequar os processos administrativos, logísticos e infraestrutura da planta de produção.

Justificativa: A garantia do direito humano à alimentação adequada e à segurança alimentar e nutricional dos alunos da educação básica buscando oferecer refeições que supram as necessidades nutricionais desses alunos durante o período escolar. Adquirindo alimentos de qualidade; proporcionar uma planta produtiva eficiente e armazenagem e logística adequadas, ampliações com aquisições de equipamentos em geral e equipamentos de segurança individual.

Metas Físicas

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta para Exercício LDO
Alunos da rede pública de educação que recebem alimentação	UNIDADE	18.338,00	18.400,00	18.400,00
Aceitação da merenda escolar ofertada com base no Fator de RESTO INJESTA	PORCENTAGEM	82,00	86,00	84,00
VALOR NUTRICIONAL–COMPOSIÇÃO ENERGÉTICA DO CARDÁPIO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO FNDE 06/2020	PORCENTAGEM	100,00	100,00	100,00

Custo Estimado para o Programa no exercício: R$ 17.891.600,00

Anexo V – Descrição dos Programas, Metas e Custos

Controle: Original

Unidade Responsável: 02.07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Programa: 0018 - GUARDA PRESENTE, CIDADÃO SEGURO

Tipo: Finalístico **Natureza:** Contínuo

Objetivo: Fortalecer a segurança pública de Birigui por meio de ações integradas, promovendo a redução da criminalidade por meio de ações conjuntas e coordenadas com todas as forças de segurança do município.

Justificativa: A segurança pública exige constante aprimoramento para enfrentar os desafios urbanos contemporâneos. O fortalecimento do apoio institucional contribui diretamente para melhorar a eficácia das políticas de segurança, impactando positivamente o bem-estar da população e o desenvolvimento sustentável da cidade.

Metas Físicas

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta para Exercício LDO
Atendimentos realizados pela Guarda Municipal de Birigui/SP, na esfera criminal	UNIDADE	226,00	214,00	220,00

Custo Estimado para o Programa no exercício: R$ 17.261.000,00

Anexo V – Descrição dos Programas, Metas e Custos

Controle: Original

Unidade Responsável: 02.10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Programa: 0019 - SAÚDE MAIS PRÓXIMA DE VOCÊ

Tipo: Finalístico **Natureza:** Contínuo

Objetivo: Garantir acesso aos serviços da Saúde, em tempo adequado, aprimoramento da Atenção Primária, Vigilância em Saúde e Especializada, Ambulatorial e Hospitalar, seguindo as diretrizes do Plano Municipal de Saúde.

Justificativa: Necessidade de assegurar que todo cidadão tenha acesso fácil e rápido a serviços de saúde de alta qualidade, desde o atendimento inicial até tratamentos mais complexos.

Metas Físicas

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta para Exercício LDO
Percentual utilizado com os gastos em saúde	PORCENTAGEM	30,00	31,00	31,00
Ampliar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica (ESF/EAP)	PERCENTUAL	86,00	96,00	90,00
Promoção de ações interprofissionais realizadas pela eMulti	PERCENTUAL	5,10	10,00	6,00
Instituir Sala de Situação com reuniões periódicas com todos os setores da rede de Saúde Municipal	UNIDADE	0,00	12,00	12,00
Implantar prot. de Saúde Criança/Mulher, Pré-natal, cuidados ao hipertenso, diabético a pessoa idosa	UNIDADE	0,00	6,00	3,00
Avaliação quantitativa dos serviços prestados na Biossegurança Municipal	PORCENTAGEM	65,00	80,00	70,00
Números de estabelecimentos fiscalizados / números de estabelecimentos cadastrados no SIVISA x 100	PORCENTAGEM	80,00	90,00	80,00
Números de pessoas atendidas na vigilância epidemiológica com base nas doenças transmissíveis	UNIDADE	1.477,00	1.265,00	1.345,00

Custo Estimado para o Programa no exercício: R$ 163.920.000,00

Anexo V – Descrição dos Programas, Metas e Custos

Controle: Original

Unidade Responsável: 02.14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Programa: 0020 - DESENVOLVE BIRIGUI

Tipo: Finalístico **Natureza:** Contínuo

Objetivo: Promover o crescimento econômico do município de Birigui, por meio da criação de ambiente favorável à geração de negócios sustentáveis, à inovação, à qualificação, à inclusão produtiva e ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas locais.

Justificativa: Responder à necessidade de fortalecimento do empreendedorismo local, incentivando a formalização, o crescimento de micro e pequenos negócios e a geração de renda. Considerando o perfil econômico do município e a importância de ampliar oportunidades de inclusão produtiva, a iniciativa busca criar um ambiente favorável à inovação, à competitividade e ao desenvolvimento sustentável da economia biriguiense.

Metas Físicas

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta para Exercício LDO
Contratos de microcrédito firmados via banco do povo	UNIDADE	89,00	100,00	100,00
Empreendedores atendidos via SEBRAE	UNIDADE	4.200,00	4.200,00	4.200,00
Consultas técnicas atendidas de zoneamento e viabilidade	UNIDADE	2.200,00	2.200,00	2.200,00
Atendimentos realizados no PAT	UNIDADE	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Áreas doadas para expansão dos distritos industriais	UNIDADE	5,00	5,00	5,00

Custo Estimado para o Programa no exercício: R$ 1.602.000,00

Anexo V – Descrição dos Programas, Metas e Custos

Controle: Original

Unidade Responsável: 02.14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Programa: 0021 - TECNOLOGIA BIRIGUI

Tipo: Finalístico **Natureza:** Contínuo

Objetivo: Apoio à inovação, digitalização e modernização tecnológica no município de Birigui, visando também o fortalecimento do ecossistema de tecnologia e startups.

Justificativa: O incentivo à tecnologia é um vetor estratégico para o desenvolvimento econômico sustentável, contribuindo para a diversificação da matriz produtiva de Birigui, a geração de empregos qualificados e a atração de investimentos. Além disso, a transformação digital na administração pública e nos pequenos negócios melhora a eficiência dos serviços e aumenta a competitividade local, em consonância com os desafios contemporâneos da economia do conhecimento.

Metas Físicas

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta para Exercício LDO
Qtde. de soluções digitais implem. na adm. pública / Nº de empresas de tecn. instal. ou apoiadas	UNIDADE	1,00	3,00	3,00

Custo Estimado para o Programa no exercício: R$ 970.000,00

Anexo V – Descrição dos Programas, Metas e Custos

Controle: Original

Unidade Responsável: 02.09.01 - SECRETARIA ASSIST DESENV SOCIAL

Programa: 0022 - SUAS: PROTEÇÃO SOCIAL

Tipo: Finalístico **Natureza:** Contínuo

Objetivo: Assegurar a proteção social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Birigui, garantindo a oferta e qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Justificativa: A Assistência Social como política pública e direito dos cidadãos que dela necessitarem, organizada através de um sistema de gestão descentralizado e participativo – SUAS – Sistema Único da Assistência Social que enquanto proteção social deverá afiançar as seguranças socioassistenciais e atuam de forma proativa, preventiva e protetiva.

Metas Físicas

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta para Exercício LDO
Índice de vulnerabilidade das famílias no Cadastro Único – IVCAD	PERCENTUAL	79,00	100,00	89,50
Índice de cobertura da Proteção Social nos territórios	PERCENTUAL	75,68	100,00	87,84
Indicador de desenvolvimento dos Conselhos Municipais de Assistência Social – IDConselho	NOTA	3,00	5,00	4,00
Provisão de Benefício Eventual em Pecúnia	R$ (REAIS)	0,00	127,95	115,68

Custo Estimado para o Programa no exercício: R$ 23.221.000,00

Anexo V – Descrição dos Programas, Metas e Custos

Controle: Original

Unidade Responsável: 02.09.03 - FUNDO MUN DIR DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Programa: 0023 - PROTEÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E O ADOLESCENTE

Tipo: Finalístico **Natureza:** Contínuo

Objetivo: Assegurar prioridade absoluta de crianças e adolescentes ao acesso a políticas públicas, fortalecendo a rede de atendimento intersetorial – Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

Justificativa: Previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – crianças e adolescentes têm direito à proteção integral para o seu desenvolvimento físico, intelectual, afetivo e social, o qual deve ser assegurado com absoluta prioridade pelo Estado, pela família e pela sociedade. Isso envolve formulação de políticas públicas, garantindo que sempre sejam vistos como sujeitos de direitos.

Metas Físicas

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta para Exercício LDO
Capacitar os Prof. que atuam no Sist. de Garantia de Direitos(SGD) em relação a Escuta Especializada	PERCENTUAL	0,00	100,00	90,00
Atualização e revisão do Diagnóstico Municipal da Criança e do Adolescente	PERCENTUAL	0,00	100,00	100,00

Custo Estimado para o Programa no exercício: R$ 755.000,00

Anexo V – Descrição dos Programas, Metas e Custos

Controle: Original

Unidade Responsável: 02.09.05 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

Programa: 0024 - MAIS VIDA, MAIS DIREITOS

Tipo: Finalístico **Natureza:** Contínuo

Objetivo: Articular ações de promoção e defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMPI, com demais Políticas Públicas e órgãos de defesa.

Justificativa: Considerando o aumento da população idosa, este cenário representa um grande desafio e demonstra a necessidade de atenção especial, de políticas públicas especializadas para esta população, em razão de suas particularidades e vulnerabilidades, demanda um tratamento diferenciado, de acordo com o que preconiza a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso.

Metas Físicas

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta para Exercício LDO
Elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	PERCENTUAL	0,00	100,00	100,00
Nº ações intersetoriais realizadas em parceria com o CMDPI para divulgação dos dir. da pessoa idosa	NÚMERO ABSOLUTO	2,00	10,00	6,00

Custo Estimado para o Programa no exercício: R$ 245.000,00

Anexo V – Descrição dos Programas, Metas e Custos

Controle: Original

Unidade Responsável: 03.01.00 - INSTITUTO DE PREVID DO MUN DE BIRIGUI -BIRIGUIPREV

Programa: 0501 - GESTÃO DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

Tipo: Apoio Administrativo **Natureza:** Contínuo

Objetivo: Gerir o órgão gestor do Município de Birigui com eficiência, transparência e conformidade legal, para assegurar a concessão, manutenção e pagamento dos benefícios previdenciários.

Justificativa: Gestão do Regime Próprio de Previdência Social de Birigui (Biriguiprev) em cumprimento as determinações legais para concessão dos benefícios previdenciários.

Metas Físicas

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta para Exercício LDO
Número de segurados beneficiários Biriguiprev com aposentados/pensionistas	QUANTIDADE	1.791,00	2.089,00	1.962,00

Custo Estimado para o Programa no exercício: R$ 132.667.100,00

Anexo V – Descrição dos Programas, Metas e Custos

Controle: Original

Unidade Responsável: 04.01.01 - FUNDAÇAO MUNICIPAL DE ENSINO DE BIRIGUI

Programa: 0506 - ENSINO SUPERIOR

Tipo: Finalístico **Natureza:** Contínuo

Objetivo: Proporcionar acesso aos cursos graduação e pós-graduação para população de Birigui e Região

Justificativa: Necessidade de aprimorar a qualidade de ensino de graduação e pós-graduação dos alunos matriculados.

Metas Físicas

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta para Exercício LDO
Alunos Matriculados	UNIDADE	350,00	500,00	450,00

Custo Estimado para o Programa no exercício: R$ 4.997.000,00

Anexo V – Descrição dos Programas, Metas e Custos

Controle: Original

Unidade Responsável: 02.05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Tipo: Finalístico **Natureza:** Contínuo

Objetivo: Atender passivos contingentes, outros riscos imprevistos e demais créditos adicionais

Justificativa: Atendimento ao disposto no ar. 5º, inciso III, da Lei Complementar n. 101, de 2000

Metas Físicas

Indicador	Unidade Medida	Índice Recente	Índice Futuro	Meta para Exercício LDO
Fatos Ocorridos	PERCENTUAL	100,00	100,00	100,00

Custo Estimado para o Programa no exercício: R$ 47.450.900,00

ANEXOS INTEGRANTES DA LDO-LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2027

RELATÓRIO DE OBRAS PÚBLICAS EM ANDAMENTO EM ATENDIMENTO AO ARTIGO 45 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LEI COMPLEMENTAR Nº 101 DE 05/05/2.000

SEQ	DESCRIÇÃO DOS ANEXOS
01	RELATÓRIO DE OBRAS PÚBLICAS EM ANDAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

Secretaria Mun. De Obras

OFÍCIO Nº 147/2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

À SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Assunto: **RELAÇÃO DE OBRAS EM ANDAMENTO**

Referência: Processo nº 3505508.412.00013420/2026-94.

Vimos, por meio deste, conforme solicitação, encaminhar a relação de obras em andamento da Secretaria de Obras:

OBRA	LICITAÇÃO	Nº CONTRATO	VALOR	EMPRESA	INÍCIO
Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção de Unidade Básica de Saúde – Porte 1 – UBS 07, localizada na rua Santos Dumont com a rua Francisco Martins Archila – Parque São Vicente, no município de Birigui.	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2025	11.907/2025	R$ 1.610.500,00	DONÁ INCORPORAÇÕES LTDA - EPP	23/06/2025

Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção de Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, do tipo II.	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2025	11.936/2025	R$ 1.865.000,00	TIETÊ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	18/08/2025
Execução de Obra de Reforma no Bloco do Cadastro Único – Secretaria de Assistência Social.	PREGÃO ELETRÔNICO nº 161/2025	12.214/2025	R$ 57.918,00	CORTEX CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	14/01/2026
Execução da obra de recapeamento e pavimentação asfáltica em diversos locais do Município de Birigui.	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026	EM FASE DE ASSINATURA DE CONTRATO	R$ 7.140.000,00	PEROLA CONSTRUTORA EIRELI	ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS AINDA NÃO FOI EMITIDA

Birigui, na data da assinatura digital.

ROGÉRIO VENÍCIUS COSTA FERNANDES
Secretário de Obras

Documento assinado eletronicamente por **Rogério Venícius Costa Fernandes**, **Secretário de Obras**, em 23/04/2026, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/aracatuba/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0565319** e o código CRC **F918FD2D**.

Referência: Processo nº 3505508.412.00013420/2026-94 SEI nº 0565319

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original
Unidade Executora: 02.05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
Função de Governo: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS
Subfunção de Governo: 843 - SERVICO DA DIVIDA INTERNA
Programa: 0000 - ENCARGOS ESPECIAIS
Tipo: Apoio Administrativo **Caráter:** Contínuo
Objetivo: Alocar Recursos Orçamentários Destinados ao Programa de Despesa do Serviço da Dívida Pública
Justificativa: Obrigatoriedade de Amortizar as Dívidas Municipais

Ações e Metas

Ação: 0.001 - AMORTIZAÇÃO DÍVIDA - PASEP
Tipo: Operação Especial
Produto: Amortização de Dívida
Indicador: Percentual Parcelas Pagas
Unidade de Medida: PERCENTUAL **Índice Recente:** 100,00 **Índice Futuro:** 100,00

Ação: 0.002 - AMORTIZAÇÃO DÍVIDA - BIRIGUIPREV
Tipo: Operação Especial
Produto: Amortização de Dívida
Indicador: Percentual Parcelas Pagas
Unidade de Medida: PERCENTUAL **Índice Recente:** 100,00 **Índice Futuro:** 100,00

Ação: 0.003 - AMORTIZAÇÃO DÍVIDA - PRÓ TRANSPORTE
Tipo: Operação Especial
Produto: Amortização de Dívida
Indicador: Percentual Parcelas Pagas
Unidade de Medida: PERCENTUAL **Índice Recente:** 100,00 **Índice Futuro:** 100,00

Ação: 0.004 - AMORTIZAÇÃO DÍVIDA - INSS
Tipo: Operação Especial
Produto: Amortização de Dívida
Indicador: Percentual Parcelas Pagas
Unidade de Medida: PERCENTUAL **Índice Recente:** 100,00 **Índice Futuro:** 100,00

Ação: 0.006 - AMORTIZAÇÃO DÍVIDA - OP CRÉDITO FINISA
Tipo: Operação Especial
Produto: Amortização de Dívida
Indicador: Percentual Parcelas Pagas
Unidade de Medida: PERCENTUAL **Índice Recente:** 100,00 **Índice Futuro:** 100,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Ação: 0.007 - RENEGOCIAÇÃO DE DÉBITOS

Tipo: Operação Especial

Produto: Amortização de Dívida

Indicador: Percentual Parcelas Pagas

Unidade de Medida: PERCENTUAL **Índice Recente:** 100,00 **Índice Futuro:** 100,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
0.001 - AMORTIZAÇÃO DÍVIDA - PASEP	100,00	R$ 1.550.000,00
0.002 - AMORTIZAÇÃO DÍVIDA - BIRIGUIPREV	100,00	R$ 5.496.000,00
0.003 - AMORTIZAÇÃO DÍVIDA - PRÓ TRANSPORTE	100,00	R$ 862.000,00
0.004 - AMORTIZAÇÃO DÍVIDA - INSS	100,00	R$ 520.000,00
0.006 - AMORTIZAÇÃO DÍVIDA - OP CRÉDITO FINISA	100,00	R$ 9.824.000,00
0.007 - RENEGOCIAÇÃO DE DÉBITOS	100,00	R$ 262.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 18.514.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 01.01.01 - CÂMARA MUNICIPAL

Função de Governo: 01 - LEGISLATIVA

Subfunção de Governo: 031 - ACAO LEGISLATIVA

Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DO LEGISLATIVO

Tipo: Apoio Administrativo **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Fiscalizar o Poder Executivo Municipal e elaborar ou aprovar as Leis de competência do Município.

Justificativa: Necessidade do Estado de direito da existência de normas jurídicas que regulem o papel constitucionalista de fiscalizar todos os Atos do Poder Executivo Municipal.

Ações e Metas

Ação: 1.001 - MANUTENÇÃO/REPARO/AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL

Tipo: Projeto

Produto: OBRA CONSTRUÍDA - PRÉDIO PRÓPRIO DA CÂMARA

Indicador: OBRA CONSTRUÍDA

Unidade de Medida: percentual **Índice Recente:** 100,00 **Índice Futuro:** 100,00

Ação: 1.004 - AQUIS MATS EQPTOS PERM. P/ MANUTENÇÃO DO LEGISLATIVO

Tipo: Projeto

Produto: BENS MÓVEIS ADQUIRIDOS

Indicador: BENS ADQUIRIDOS

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 30,00 **Índice Futuro:** 30,00

Ação: 2.001 - MANUTENÇÃO DO LEGISLATIVO

Tipo: Atividade

Produto: SESSÕES REALIZADAS

Indicador: SESSÕES REALIZADAS

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 45,00 **Índice Futuro:** 45,00

Ação: 2.003 - ASSESSORES DE RELAÇÕES PARLAMENTARES - COMISSIONADOS

Tipo: Atividade

Produto: NÚMEROS DE SERVIDORES COMISSIONADOS

Indicador: SERVIDORES EM COMISSAO

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 16,00 **Índice Futuro:** 16,00

Ação: 2.900 - DESPESA COM ADIANTAMENTO DE VIAGEM

Tipo: Atividade

Produto: ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

Indicador: ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 120,00 **Índice Futuro:** 120,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
1.001 - MANUTENÇÃO/REPARO/AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL	100,00	R$ 233.200,00
1.004 - AQUIS MATS EQPTOS PERM. P/ MANUTENÇÃO DO LEGISLATIVO	30,00	R$ 255.500,00
2.001 - MANUTENÇÃO DO LEGISLATIVO	45,00	R$ 4.277.400,00
2.003 - ASSESSORES DE RELAÇÕES PARLAMENTARES - COMISSIONADOS	16,00	R$ 2.634.100,00
2.900 - DESPESA COM ADIANTAMENTO DE VIAGEM	120,00	R$ 233.200,00
Total do programa para o exercício de 2027:		R$ 7.633.400,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 01.01.01 - CÂMARA MUNICIPAL

Função de Governo: 01 - LEGISLATIVA

Subfunção de Governo: 031 - ACAO LEGISLATIVA

Programa: 0002 - GESTÃO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA DO LEGISLATIVO

Tipo: Apoio Administrativo **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Adquirir equipamentos de informática e móveis e utensílios em geral, conforme as necessidades desta Secretaria.

Justificativa: O Poder Legislativo necessita de apoio administrativo para que se possa realizar suas atividades e cumprir com suas obrigações.

Ações e Metas

Ação: 1.002 - AQUIS E MATS EQPTOS PERM P/ SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Tipo: Projeto

Produto: BENS MÓVEIS ADQUIRIDOS

Indicador: BENS ADQUIRIDOS

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 50,00 **Índice Futuro:** 60,00

Ação: 2.002 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Tipo: Atividade

Produto: NÚMERO DE SERVIDORES EFETIVOS

Indicador: NUMERO SERVIDORES EFETIVOS

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 19,00 **Índice Futuro:** 26,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
1.002 - AQUIS E MATS EQPTOS PERM P/ SECRETARIA ADMINISTRATIVA	55,00	R$ 244.200,00
2.002 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	22,00	R$ 8.022.400,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 8.266.600,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.01.01 - GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS

Função de Governo: 04 - ADMINISTRAÇÃO

Subfunção de Governo: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0003 - GESTÃO PÚBLICA EFICIÊNTE E INTEGRADA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Tipo: Apoio Administrativo **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Desenvolver as atividades administrativas, com foco na modernização de processos, integração de sistemas e capacitação de equipes, visando garantir uma gestão pública mais ágil, transparente e eficaz na entrega de serviços ao cidadão.

Justificativa: Otimizar o uso de recursos financeiros e humanos nas atividades administrativas das secretarias municipais, identificar e eliminar gargalos e desperdícios, dando suporte às secretarias finalísticas.

Ações e Metas

Ação: 2.043 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE

Tipo: Atividade

Produto: Assegurar o pleno funcionamento e eficiência operacional do Gabinete do Prefeito e suas dependências

Indicador: Unidade Administrativa Mantida

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 1,00 **Índice Futuro:** 1,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.043 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE	1,00	R$ 1.760.000,00
Total do programa para o exercício de 2027:		R$ 1.760.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.01.02 - CONTROLADORIA

Função de Governo: 04 - ADMINISTRAÇÃO

Subfunção de Governo: 124 - CONTROLE INTERNO

Programa: 0003 - GESTÃO PÚBLICA EFICIÊNTE E INTEGRADA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Tipo: Apoio Administrativo **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Desenvolver as atividades administrativas, com foco na modernização de processos, integração de sistemas e capacitação de equipes, visando garantir uma gestão pública mais ágil, transparente e eficaz na entrega de serviços ao cidadão.

Justificativa: Otimizar o uso de recursos financeiros e humanos nas atividades administrativas das secretarias municipais, identificar e eliminar gargalos e desperdícios, dando suporte às secretarias finalísticas.

Ações e Metas

Ação: 2.044 - GESTÃO DE CONTROLE

Tipo: Atividade

Produto: Fiscalização nos Órgãos da Administração Pública.

Indicador: Auditorias realizadas

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 10,00 **Índice Futuro:** 15,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.044 - GESTÃO DE CONTROLE	12,00	R$ 173.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 173.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.02.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Função de Governo: 04 - ADMINISTRAÇÃO

Subfunção de Governo: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0003 - GESTÃO PÚBLICA EFICIÊNTE E INTEGRADA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Tipo: Apoio Administrativo **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Desenvolver as atividades administrativas, com foco na modernização de processos, integração de sistemas e capacitação de equipes, visando garantir uma gestão pública mais ágil, transparente e eficaz na entrega de serviços ao cidadão.

Justificativa: Otimizar o uso de recursos financeiros e humanos nas atividades administrativas das secretarias municipais, identificar e eliminar gargalos e desperdícios, dando suporte às secretarias finalísticas.

Ações e Metas

Ação: 2.036 - SUPORTE ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE GOVERNO

Tipo: Atividade

Produto: Processos Administrativos que garantem a governança e transparência.

Indicador: LEIS, DECRETOS E PORTARIAS

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 540,00 **Índice Futuro:** 570,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.036 - SUPORTE ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE GOVERNO	550,00	R$ 2.748.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 2.748.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Função de Governo: 04 - ADMINISTRAÇÃO

Subfunção de Governo: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0003 - GESTÃO PÚBLICA EFICIÊNTE E INTEGRADA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Tipo: Apoio Administrativo **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Desenvolver as atividades administrativas, com foco na modernização de processos, integração de sistemas e capacitação de equipes, visando garantir uma gestão pública mais ágil, transparente e eficaz na entrega de serviços ao cidadão.

Justificativa: Otimizar o uso de recursos financeiros e humanos nas atividades administrativas das secretarias municipais, identificar e eliminar gargalos e desperdícios, dando suporte às secretarias finalísticas.

Ações e Metas

Ação: 2.037 - GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS E DESPESAS COM PESSOAL DA SECRETARIA

Tipo: Atividade

Produto: Ofertar melhores serviços à população de Birigui dando manutenção as atividades

Indicador: quantidade de servidores

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 3.400,00 **Índice Futuro:** 3.400,00

Ação: 2.038 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Tipo: Atividade

Produto: Melhorar o desempenho do Governo Municipal

Indicador: quantidade de servidores

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 24,00 **Índice Futuro:** 24,00

Ação: 2.039 - ATENDIMENTO PARA MANUTENÇÃO DO DEP. DE MATERIAIS

Tipo: Atividade

Produto: Suprir a prefeitura dos insumos necessários à realização dos atendimentos ofertados à população.

Indicador: número de licitações realizadas

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 220,00 **Índice Futuro:** 220,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.037 - GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS E DESPESAS COM PESSOAL DA SECRETARIA	3.400,00	R$ 8.486.000,00
2.038 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	24,00	R$ 7.208.000,00
2.039 - ATENDIMENTO PARA MANUTENÇÃO DO DEP. DE MATERIAIS	220,00	R$ 852.000,00
Total do programa para o exercício de 2027:		R$ 16.546.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL

Função de Governo: 04 - ADMINISTRAÇÃO

Subfunção de Governo: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0003 - GESTÃO PÚBLICA EFICIÊNTE E INTEGRADA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Tipo: Apoio Administrativo **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Desenvolver as atividades administrativas, com foco na modernização de processos, integração de sistemas e capacitação de equipes, visando garantir uma gestão pública mais ágil, transparente e eficaz na entrega de serviços ao cidadão.

Justificativa: Otimizar o uso de recursos financeiros e humanos nas atividades administrativas das secretarias municipais, identificar e eliminar gargalos e desperdícios, dando suporte às secretarias finalísticas.

Ações e Metas

Ação: 2.047 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL

Tipo: Atividade

Produto: Suporte Administrativo para o Executivo Municipal

Indicador: UNIDADE ADMINISTRATIVA

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 1,00 **Índice Futuro:** 1,00

Ação: 2.048 - PROCON - PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

Tipo: Atividade

Produto: Promover melhorias no atendimento da população

Indicador: atendimentos realizados

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 24.000,00 **Índice Futuro:** 42.000,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.047 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL	1,00	R$ 1.696.500,00
2.048 - PROCON - PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	30.000,00	R$ 37.500,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 1.734.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Função de Governo: 04 - ADMINISTRAÇÃO

Subfunção de Governo: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0003 - GESTÃO PÚBLICA EFICIÊNTE E INTEGRADA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Tipo: Apoio Administrativo **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Desenvolver as atividades administrativas, com foco na modernização de processos, integração de sistemas e capacitação de equipes, visando garantir uma gestão pública mais ágil, transparente e eficaz na entrega de serviços ao cidadão.

Justificativa: Otimizar o uso de recursos financeiros e humanos nas atividades administrativas das secretarias municipais, identificar e eliminar gargalos e desperdícios, dando suporte às secretarias finalísticas.

Ações e Metas

Ação: 2.010 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL E FINANCEIRA

Tipo: Atividade

Produto: Eficiência na alocação de recursos públicos e a estrita conformidade com a legislação vigente.

Indicador: Peças Orçamentárias Elaboradas

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 2,00 **Índice Futuro:** 2,00

Ação: 2.011 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Tipo: Atividade

Produto: Consolidação dos custos obrigatórios garantindo funcionamento e solvência da administração municipal

Indicador: Percentual Obrigatório no Exercício

Unidade de Medida: PERCENTUAL **Índice Recente:** 100,00 **Índice Futuro:** 100,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.010 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL E FINANCEIRA	2,00	R$ 4.560.000,00
2.011 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	100,00	R$ 20.030.000,00
Total do programa para o exercício de 2027:		R$ 24.590.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE NEGÓCIOS JURÍDICOS

Função de Governo: 04 - ADMINISTRAÇÃO

Subfunção de Governo: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0003 - GESTÃO PÚBLICA EFICIÊNTE E INTEGRADA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Tipo: Apoio Administrativo **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Desenvolver as atividades administrativas, com foco na modernização de processos, integração de sistemas e capacitação de equipes, visando garantir uma gestão pública mais ágil, transparente e eficaz na entrega de serviços ao cidadão.

Justificativa: Otimizar o uso de recursos financeiros e humanos nas atividades administrativas das secretarias municipais, identificar e eliminar gargalos e desperdícios, dando suporte às secretarias finalísticas.

Ações e Metas

Ação: 2.046 - APOIO JURÍDICO À GESTÃO MUNICIPAL

Tipo: Atividade

Produto: Segurança jurídica e a conformidade legal das decisões e ações do Poder Executivo Municipal

Indicador: pareceres, ações judiciais e atos administrativos

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 29.500,00 **Índice Futuro:** 31.000,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.046 - APOIO JURÍDICO À GESTÃO MUNICIPAL	30.000,00	R$ 3.329.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 3.329.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.19.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Função de Governo: 04 - ADMINISTRAÇÃO

Subfunção de Governo: 129 - ADMINISTRACAO DE RECEITAS

Programa: 0003 - GESTÃO PÚBLICA EFICIÊNTE E INTEGRADA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Tipo: Apoio Administrativo **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Desenvolver as atividades administrativas, com foco na modernização de processos, integração de sistemas e capacitação de equipes, visando garantir uma gestão pública mais ágil, transparente e eficaz na entrega de serviços ao cidadão.

Justificativa: Otimizar o uso de recursos financeiros e humanos nas atividades administrativas das secretarias municipais, identificar e eliminar gargalos e desperdícios, dando suporte às secretarias finalísticas.

Ações e Metas

Ação: 2.042 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E FISCAL

Tipo: Atividade

Produto: Modernizar a gestão tributária

Indicador: ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Unidade de Medida: PERCENTUAL **Índice Recente:** 21,00 **Índice Futuro:** 18,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.042 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E FISCAL	20,00	R$ 6.064.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 6.064.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Função de Governo: 18 - GESTAO AMBIENTAL

Subfunção de Governo: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0005 - GESTÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Desenvolver ações com a busca pela reposição e gradual aumento de árvores existentes no município, trazendo consciência e educação ambiental e apoio através de parcerias com proprietários rurais e produtores agropecuários.

Justificativa: Promover a conservação e melhorias na arborização do município, envolvendo educação ambiental e parcerias com a agropecuária.

Ações e Metas

Ação: 2.025 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

Tipo: Atividade

Produto: ATENDER A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Indicador: AUTORIZAÇÕES REQUERIDAS E CERTIDÕES EMITIDAS

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 4.500,00 **Índice Futuro:** 6.000,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.025 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	5.000,00	R$ 1.943.500,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 1.943.500,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Função de Governo: 18 - GESTAO AMBIENTAL

Subfunção de Governo: 541 - PRESERV E CONSERV AMBIENTAL

Programa: 0005 - GESTÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Desenvolver ações com a busca pela reposição e gradual aumento de árvores existentes no município, trazendo consciência e educação ambiental e apoio através de parcerias com proprietários rurais e produtores agropecuários.

Justificativa: Promover a conservação e melhorias na arborização do município, envolvendo educação ambiental e parcerias com a agropecuária.

Ações e Metas

Ação: 2.026 - FUNDO DO MEIO AMBIENTE

Tipo: Atividade

Produto: Aumento da Arborização no Município

Indicador: Plantio de Árvores

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 300,00 **Índice Futuro:** 450,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.026 - FUNDO DO MEIO AMBIENTE	350,00	R$ 58.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 58.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Função de Governo: 18 - GESTAO AMBIENTAL

Subfunção de Governo: 542 - CONTROLE AMBIENTAL

Programa: 0005 - GESTÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Desenvolver ações com a busca pela reposição e gradual aumento de árvores existentes no município, trazendo consciência e educação ambiental e apoio através de parcerias com proprietários rurais e produtores agropecuários.

Justificativa: Promover a conservação e melhorias na arborização do município, envolvendo educação ambiental e parcerias com a agropecuária.

Ações e Metas

Ação: 2.027 - EDUCAÇÃO SÓCIO AMBIENTAL

Tipo: Atividade

Produto: Ações Educacionais nas Escolas Municipais

Indicador: INDICE TOTALIZADOR DE UNIDADES ESCOLARES ATENDIDAS

Unidade de Medida: INDICE **Índice Recente:** 1,25 **Índice Futuro:** 2,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.027 - EDUCAÇÃO SÓCIO AMBIENTAL	1,50	R$ 6.000,00
Total do programa para o exercício de 2027:		R$ 6.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Função de Governo: 20 - AGRICULTURA

Subfunção de Governo: 606 - EXTENSAO RURAL

Programa: 0005 - GESTÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Desenvolver ações com a busca pela reposição e gradual aumento de árvores existentes no município, trazendo consciência e educação ambiental e apoio através de parcerias com proprietários rurais e produtores agropecuários.

Justificativa: Promover a conservação e melhorias na arborização do município, envolvendo educação ambiental e parcerias com a agropecuária.

Ações e Metas

Ação: 2.028 - MELHORIA NA PRODUÇÃO RURAL DO MUNICÍPIO

Tipo: Atividade

Produto: Produtores Rurais do município

Indicador: ATENDIMENTOS E PROCEDIMENTOS AO PRODUTOR RURAL

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 3.900,00 **Índice Futuro:** 4.800,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.028 - MELHORIA NA PRODUÇÃO RURAL DO MUNICÍPIO	4.200,00	R$ 779.500,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 779.500,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Função de Governo: 20 - AGRICULTURA

Subfunção de Governo: 608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUARIA

Programa: 0005 - GESTÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Desenvolver ações com a busca pela reposição e gradual aumento de árvores existentes no município, trazendo consciência e educação ambiental e apoio através de parcerias com proprietários rurais e produtores agropecuários.

Justificativa: Promover a conservação e melhorias na arborização do município, envolvendo educação ambiental e parcerias com a agropecuária.

Ações e Metas

Ação: 2.029 - FUNDO DA PATRULHA AGRÍCOLA

Tipo: Atividade

Produto: Fomento ao setor Agrícola e apoio ao Produtor do município.

Indicador: Intervenções e atendimentos

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 120,00 **Índice Futuro:** 150,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.029 - FUNDO DA PATRULHA AGRÍCOLA	130,00	R$ 54.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 54.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.09.01 - SECRETARIA ASSIST DESENV SOCIAL

Função de Governo: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL

Subfunção de Governo: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Programa: 0006 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Promover a produção, a oferta, o acesso e o consumo de alimentos adequados e saudáveis, com base em sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e resilientes, priorizando os grupos populacionais vulnerabilizados e fortalecendo o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional

Justificativa: O programa visa implementar de forma articulada, um conjunto de ações voltadas para assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada promovido nos diversos setores da política pública com fortalecimento da participação social e atento às especificidades sociais, culturais e territoriais dos grupos populacionais mais vulneráveis

Ações e Metas

Ação: 2.030 - GESTÃO DO PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Tipo: Atividade

Produto: Diminuição do número de famílias em situação de insegurança alimentar

Indicador: Famílias em insegurança alimentar

Unidade de Medida: NÚMERO **Índice Recente:** 516,00 **Índice Futuro:** 300,00

Ação: 2.031 - GESTÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA

Tipo: Atividade

Produto: Diminuição dos índices de insegurança alimentar e desperdício de alimentos no município

Indicador: Participação de membros do conselho nas reuniões

Unidade de Medida: PORCENTAGEM **Índice Recente:** 80,00 **Índice Futuro:** 80,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.030 - GESTÃO DO PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR	420,00	R$ 2.675.000,00
2.031 - GESTÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA	80,00	R$ 15.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 2.690.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Função de Governo: 17 - SANEAMENTO

Subfunção de Governo: 512 - SANEAMENTO BASICO URBANO

Programa: 0007 - INFRAESTRUTURA E GESTÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTOS DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Modernizar e estruturar os serviços da secretaria para a gestão e manutenção dos serviços de água e esgoto do município de Birigui.

Justificativa: Promover os serviços básicos de operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do município de Birigui, bem como o planejamento e ampliação dos sistemas de forma a torna-los o mais eficientes possível.

Ações e Metas

Ação: 1.014 - EXECUÇÃO DE TRECHO DO EMISSÁRIO DO BAIXOTES - 6ª ETAPA

Tipo: Projeto

Produto: Maior segurança a rede de esgotamento sanitário, (condições operacionais e proteção contra poluição)

Indicador: Comprimento do emissário executado

Unidade de Medida: METRO LINEARES **Índice Recente:** 0,00 **Índice Futuro:** 0,00

Ação: 1.016 - LIMPEZA DAS LAGOAS ANAERÓBIAS DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO

Tipo: Projeto

Produto: Aumento da eficiência do tratamento com consequente proteção contra a poluição dos cursos d´água

Indicador: LAGOAS LIMPAS

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 0,00 **Índice Futuro:** 0,00

Ação: 1.020 - IMPLANTAÇÃO OU REFORMA DE RESERVATÓRIOS

Tipo: Projeto

Produto: Aumento da capacidade de armazenamento.

Indicador: Reservatórios novos ou reformados

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 0,00 **Índice Futuro:** 1,00

Ação: 2.032 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Tipo: Atividade

Produto: Serviços de produção, tratamento, distribuição de água e manutenção do sistema.

Indicador: Água tratada produzida

Unidade de Medida: METRO CÚBICO **Índice Recente:** 14.379.526,00 **Índice Futuro:** 16.646.099,00

Ação: 2.033 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Tipo: Atividade

Produto: Serviços de coleta, transporte, tratamento e manutenção do sistema.

Indicador: Volume de esgoto tratado

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Unidade de Medida: METRO CÚBICO **Índice Recente:** 11.503.621,00 **Índice Futuro:** 13.316.879,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
1.014 - EXECUÇÃO DE TRECHO DO EMISSÁRIO DO BAIXOTES - 6ª ETAPA	600,00	R$ 1.200.000,00
1.016 - LIMPEZA DAS LAGOAS ANAERÓBIAS DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO	2,00	R$ 5.000.000,00
1.020 - IMPLANTAÇÃO OU REFORMA DE RESERVATÓRIOS	1,00	R$ 3.000.000,00
2.032 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	15.098.502,00	R$ 32.442.000,00
2.033 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	12.078.802,00	R$ 2.925.000,00
Total do programa para o exercício de 2027:		R$ 44.567.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

Função de Governo: 06 - SEGURANÇA PUBLICA

Subfunção de Governo: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA

Programa: 0008 - MOBILIDADE AO ALCANCE DE TODOS

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Impactar diretamente a segurança viária de Birigui, reduzindo os índices de acidentes de transito melhorando a sinalização horizontal, vertical, promovendo ações educativas de conscientização no trânsito por meio de ações conjuntas e coordenadas com todas as forças de segurança do município.

Justificativa: O crescimento ascendente da população, bem como do número considerável de veículos nas vias públicas de Birigui que elevam consideravelmente os riscos de acidentes de trânsito.

Ações e Metas

Ação: 2.034 - MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA MOBILIDADE URBANA

Tipo: Atividade

Produto: Sistema viário otimizado e acessível, Vias sinalizadas e placas de trânsito em condições adequadas.

Indicador: Ordens de serviço emitidas pela Secretaria

Unidade de Medida: PORCENTAGEM **Índice Recente:** 68,00 **Índice Futuro:** 100,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.034 - MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA MOBILIDADE URBANA	79,00	R$ 5.186.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 5.186.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

Função de Governo: 27 - DESPORTOS E LAZER

Subfunção de Governo: 812 - DESPORTO COMUNITARIO

Programa: 0009 - RETOMADA ESPORTIVA – BIRIGUI EM MOVIMENTO

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Fortalecer a política municipal de esporte por meio da retomada e ampliação das atividades esportivas, da participação em eventos oficiais do Governo do Estado de São Paulo e ligas, da promoção de eventos esportivos e da descentralização das ações, promovendo saúde, inclusão e desenvolvimento social, por meio de investimentos, aquisição de materiais e equipamentos esportivos, reformas, manutenções, criação de novos espaços e taxa de serviços.

Justificativa: Fortalecimento da política de esporte é essencial para garantir o acesso da população às práticas esportivas como promoção da saúde, inclusão social e desenvolvimento humano. A retomada e ampliação das atividades esportivas, aliadas à participação em eventos oficiais do Estado de SP e ligas, contribuem para o estímulo ao desempenho atlético, à valorização dos talentos locais e ao fortalecimento do sentimento de pertencimento comunitário. A promoção de eventos esportivos no município e a descentralização das ações são estratégias fundamentais para alcançar diferentes territórios e públicos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social, democratizando o acesso ao esporte. Para isso, o investimento contínuo em infraestrutura esportiva, com aquisição de materiais e equipamentos adequados, além da realização de reformas, manutenções, criação de novos espaços e custeio de taxas de serviços. Essas ações buscam resgatar a vocação esportiva.

Ações e Metas

Ação: 1.023 - TÉRMINO DA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE INICIAÇÃO AO ESPORTE

Tipo: Projeto

Produto: Aumento da quantidade de espaços esportivos

Indicador: Obra executada

Unidade de Medida: PERCENTUAL **Índice Recente:** 0,00 **Índice Futuro:** 0,00

Ação: 2.035 - MANUTENÇÃO DO ESPORTE EM BIRIGUI

Tipo: Atividade

Produto: Pessoas inscritas nas modalidades esportivas oferecidas pela Secretaria Municipal de Esportes

Indicador: ALUNOS MATRICULADOS

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 1.100,00 **Índice Futuro:** 1.400,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
1.023 - TÉRMINO DA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE INICIAÇÃO AO ESPORTE	0,48	R$ 1.740.000,00
2.035 - MANUTENÇÃO DO ESPORTE EM BIRIGUI	1.200,00	R$ 4.272.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 6.012.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Função de Governo: 13 - CULTURA

Subfunção de Governo: 392 - DIFUSAO CULTURAL

Programa: 0010 - FOMENTO À DIVERSIDADE CULTURAL E TURÍSTICA DE BIRIGUI

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Garantir o acesso aos bens e serviços culturais, criar condições à livre iniciativa e desenvolvimento a partir de políticas públicas baseadas no Plano Municipal de Cultura e no Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico, proporcionando o desenvolvimento humano.

Justificativa: Diante da pluralidade e diversidade de manifestações artísticas, culturais e turísticas no município, torna-se necessário implementar o Plano Municipal de Cultura (Lei nº 6.080, de 8 de Setembro de 2015) e o Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico de Birigui (Lei Complementar nº 95, de 11 de Maio de 2018)

Ações e Metas

Ação: 2.040 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CULTURA

Tipo: Atividade

Produto: Ofertar mais cultura a População de Birigui

Indicador: Atendimentos realizados nas ações/atividades de cu

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 24.145,00 **Índice Futuro:** 24.155,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.040 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CULTURA	24.150,00	R$ 2.871.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 2.871.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Função de Governo: 13 - CULTURA

Subfunção de Governo: 695 - TURISMO

Programa: 0010 - FOMENTO À DIVERSIDADE CULTURAL E TURÍSTICA DE BIRIGUI

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Garantir o acesso aos bens e serviços culturais, criar condições à livre iniciativa e desenvolvimento a partir de políticas públicas baseadas no Plano Municipal de Cultura e no Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico, proporcionando o desenvolvimento humano.

Justificativa: Diante da pluralidade e diversidade de manifestações artísticas, culturais e turísticas no município, torna-se necessário implementar o Plano Municipal de Cultura (Lei nº 6.080, de 8 de Setembro de 2015) e o Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico de Birigui (Lei Complementar nº 95, de 11 de Maio de 2018)

Ações e Metas

Ação: 2.041 - MANUTENÇÃO E INCENTIVO TURÍSTICO

Tipo: Atividade

Produto: Ofertar mais turismo a População de Birigui

Indicador: Atendimentos realizados nas ações/atividades

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 4.500,00 **Índice Futuro:** 5.100,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.041 - MANUTENÇÃO E INCENTIVO TURÍSTICO	4.700,00	R$ 606.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 606.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.01.03 - FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE

Função de Governo: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL

Subfunção de Governo: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Programa: 0011 - FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE: INCLUSÃO, GERAÇÃO DE RENDA E SUBSISTÊNCIA

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Fomentar, em conjunto com a sociedade civil, a realização de ações que contribuam com a melhora da qualidade de vida do cidadão em situação de vulnerabilidade social, visando a promover a diminuição da desigualdade social.

Justificativa: Oferecer serviços de qualidade, visando à redução da desigualdade social, fortalecimento familiar e comunitário, aprimoramento pessoal e profissional, promover geração de renda e autonomia financeira.

Ações e Metas

Ação: 2.045 - FUNDO SOCIAL, AÇÕES DE APOIO COMUNITÁRIO

Tipo: Atividade

Produto: Menor número de Pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Indicador: Pessoas Atendidas pelo Fundo Social

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 1.750,00 **Índice Futuro:** 2.000,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.045 - FUNDO SOCIAL, AÇÕES DE APOIO COMUNITÁRIO	1.800,00	R$ 1.594.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 1.594.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Função de Governo: 15 - URBANISMO

Subfunção de Governo: 452 - SERVICOS URBANOS

Programa: 0012 - CIDADE LIMPA, ACESSÍVEL E ILUMINADA

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Promover o bem-estar social, estimular o desenvolvimento econômico local, por meio de ações integradas de zeladoria urbana, criando um ambiente urbano agradável, seguro e funcional, com foco na limpeza pública, acessibilidade, e na modernização e expansão da iluminação pública.

Justificativa: Necessidade de atender as demandas e expectativas da população por um ambiente urbano que reflita os padrões de uma cidade moderna e preocupada com o bem-estar de seus habitantes

Ações e Metas

Ação: 1.024 - ADEQUAÇÕES DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL

Tipo: Projeto

Produto: Eficiência no tratamento dos resíduos sólidos

Indicador: Atendimento às exigências previstas no TAC.

Unidade de Medida: PORCENTAGEM **Índice Recente:** 80,00 **Índice Futuro:** 0,00

Ação: 1.025 - IMPLANTAÇÃO DO NOVO CEMITÉRIO MUNICIPAL

Tipo: Projeto

Produto: Maior numero de túmulos disponíveis

Indicador: Obra concluida

Unidade de Medida: PORCENTAGEM **Índice Recente:** 50,00 **Índice Futuro:** 0,00

Ação: 2.049 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Tipo: Atividade

Produto: Cidade mais limpa e iluminada

Indicador: Resíduos sólidos Coletado

Unidade de Medida: TONELADA **Índice Recente:** 34.000,00 **Índice Futuro:** 40.000,00

Ação: 2.050 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Tipo: Atividade

Produto: ATENDIMENTO À POPULAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA LED

Indicador: Pontos de iluminação pública LED cadastrados

Unidade de Medida: PORCENTAGEM **Índice Recente:** 30,00 **Índice Futuro:** 95,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
1.024 - ADEQUAÇÕES DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL	20,00	R$ 1.007.000,00
1.025 - IMPLANTAÇÃO DO NOVO CEMITÉRIO MUNICIPAL	50,00	R$ 1.000.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2.049 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS	36.000,00	R$ 23.632.000,00
2.050 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	60,00	R$ 11.927.000,00
	Total do programa para o exercício de 2027:	R$ 37.566.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Função de Governo: 15 - URBANISMO

Subfunção de Governo: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA

Programa: 0013 - DESENVOLVIMENTO E INFRAESTRUTURA URBANA

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Melhorar e ampliar a malha viária urbana, aperfeiçoar os sistemas de micro e macrodrenagem e fortalecer a capacidade técnica e operacional da Secretaria de Obras, por meio da modernização da gestão, integrando de forma eficiente as demandas técnicas bem como os serviços prestados ao público. Promover processos ágeis e eficazes, assegurando a qualidade dos serviços e o aprimoramento contínuo da infraestrutura urbana, em alinhamento com as demandas do município.

Justificativa: Necessidade de conservação e ampliação da malha viária, de obras de drenagem e dispositivos auxiliares, tendo impacto diretamente no desenvolvimento local e qualidade de vida dos cidadãos.

Ações e Metas

Ação: 2.051 - INFRAESTRUTURA VIÁRIA E DRENAGEM URBANA

Tipo: Atividade

Produto: Melhorias na malha viária urbana

Indicador: Metros quadrados

Unidade de Medida: METRO QUADRADO **Índice Recente:** 52.300,00 **Índice Futuro:** 109.000,00

Ação: 2.052 - GESTÃO TÉCNICA E OPERACIONAL DA SECRETARIA

Tipo: Atividade

Produto: Melhoria na qualidade de vida da população

Indicador: Atendimentos técnicos e prestação de serviços

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 9.000,00 **Índice Futuro:** 9.150,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.051 - INFRAESTRUTURA VIÁRIA E DRENAGEM URBANA	107.000,00	R$ 3.845.000,00
2.052 - GESTÃO TÉCNICA E OPERACIONAL DA SECRETARIA	9.050,00	R$ 10.110.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 13.955.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.08.00 - CORPO DE BOMBEIROS E DEPENDÊNCIAS

Função de Governo: 06 - SEGURANÇA PUBLICA

Subfunção de Governo: 182 - DEFESA CIVIL

Programa: 0014 - CORPO DE BOMBEIROS NO MUNICÍPIO

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Atender a população, proteger a vida, o meio ambiente e o patrimônio, nas ações de prevenção e pronta resposta ás emergências. Fazer cumprir as leis de segurança contra incêndio.

Justificativa: Necessidade de promover a conscientização prevencionistas por meio de educação pública e atuar na pronta resposta das emergências.

Ações e Metas

Ação: 2.053 - MANUTENÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS NO MUNICÍPIO

Tipo: Atividade

Produto: Manutenção das instalações prediais, materiais/equipamentos operacionais/administrativos e da frota

Indicador: Ocorrências Atendidas

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 5.400,00 **Índice Futuro:** 5.000,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.053 - MANUTENÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS NO MUNICÍPIO	5.250,00	R$ 1.750.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 1.750.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.11.01 - EDUCAÇÃO BÁSICA E COMPLEMENTAR

Função de Governo: 12 - EDUCACAO

Subfunção de Governo: 366 - EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS

Programa: 0015 - ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE EDUCAÇÃO

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Promover Educação Básica Pública, Gratuita e Inclusiva, Baseada na Democracia, Liberdade de Expressão, Solidariedade e Respeito aos Direitos Humanos; Garantir a Oferta de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Atendimento Educacional Especial; Investir na Valorização dos Profissionais de Educação

Justificativa: Oportunizar a Alfabetização de Crianças e Jovens para Independência na Vida Adulta, Pessoal e Profissional, Através de Uma Educação de Qualidade, com a Valorização dos Profissionais da Educação, Apoio às Demandas de Novas Tecnologias Aplicando Metodologias Ativas, Atendimento das Demandas da Educação Infantil, Ensino Fundamental, EJA e Educação Especial no Município.

Ações e Metas

Ação: 2.054 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

Tipo: Atividade

Produto: Elementos que compõem os vencimentos dos servidores e execução das atividades inerentes ao ensino

Indicador: Unidades Escolares que atendem o EJA

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 1,00 **Índice Futuro:** 1,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.054 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA	1,00	R$ 43.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 43.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.11.01 - EDUCAÇÃO BÁSICA E COMPLEMENTAR

Função de Governo: 12 - EDUCACAO

Subfunção de Governo: 367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

Programa: 0015 - ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE EDUCAÇÃO

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Promover Educação Básica Pública, Gratuita e Inclusiva, Baseada na Democracia, Liberdade de Expressão, Solidariedade e Respeito aos Direitos Humanos; Garantir a Oferta de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Atendimento Educacional Especial; Investir na Valorização dos Profissionais de Educação

Justificativa: Oportunizar a Alfabetização de Crianças e Jovens para Independência na Vida Adulta, Pessoal e Profissional, Através de Uma Educação de Qualidade, com a Valorização dos Profissionais da Educação, Apoio às Demandas de Novas Tecnologias Aplicando Metodologias Ativas, Atendimento das Demandas da Educação Infantil, Ensino Fundamental, EJA e Educação Especial no Município.

Ações e Metas

Ação: 2.055 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

Tipo: Atividade

Produto: Elementos que compõem os vencimentos dos servidores e execução das ativ. inerentes a educ. especial

Indicador: Alunos com Necessidades Especiais atendidos

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 480,00 **Índice Futuro:** 550,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.055 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	500,00	R$ 1.986.000,00
Total do programa para o exercício de 2027:		R$ 1.986.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.11.01 - EDUCAÇÃO BÁSICA E COMPLEMENTAR

Função de Governo: 12 - EDUCACAO

Subfunção de Governo: 365 - EDUCACAO INFANTIL

Programa: 0015 - ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE EDUCAÇÃO

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Promover Educação Básica Pública, Gratuita e Inclusiva, Baseada na Democracia, Liberdade de Expressão, Solidariedade e Respeito aos Direitos Humanos; Garantir a Oferta de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Atendimento Educacional Especial; Investir na Valorização dos Profissionais de Educação

Justificativa: Oportunizar a Alfabetização de Crianças e Jovens para Independência na Vida Adulta, Pessoal e Profissional, Através de Uma Educação de Qualidade, com a Valorização dos Profissionais da Educação, Apoio às Demandas de Novas Tecnologias Aplicando Metodologias Ativas, Atendimento das Demandas da Educação Infantil, Ensino Fundamental, EJA e Educação Especial no Município.

Ações e Metas

Ação: 2.056 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Tipo: Atividade

Produto: Elementos que compõem os vencimentos dos servidores e execução das atividades inerentes ao ensino

Indicador: Unidades Escolares que atendem a Educação Infantil

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 35,00 **Índice Futuro:** 35,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.056 - EDUCAÇÃO INFANTIL	35,00	R$ 85.359.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 85.359.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.11.01 - EDUCAÇÃO BÁSICA E COMPLEMENTAR

Função de Governo: 12 - EDUCACAO

Subfunção de Governo: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL

Programa: 0015 - ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE EDUCAÇÃO

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Promover Educação Básica Pública, Gratuita e Inclusiva, Baseada na Democracia, Liberdade de Expressão, Solidariedade e Respeito aos Direitos Humanos; Garantir a Oferta de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Atendimento Educacional Especial; Investir na Valorização dos Profissionais de Educação

Justificativa: Oportunizar a Alfabetização de Crianças e Jovens para Independência na Vida Adulta, Pessoal e Profissional, Através de Uma Educação de Qualidade, com a Valorização dos Profissionais da Educação, Apoio às Demandas de Novas Tecnologias Aplicando Metodologias Ativas, Atendimento das Demandas da Educação Infantil, Ensino Fundamental, EJA e Educação Especial no Município.

Ações e Metas

Ação: 2.057 - ENSINO FUNDAMENTAL

Tipo: Atividade

Produto: Elementos que compõem os vencimentos dos servidores e execução das atividades inerentes ao ensino

Indicador: Unidades Escolares que atendem ensino fundamental

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 13,00 **Índice Futuro:** 13,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.057 - ENSINO FUNDAMENTAL	13,00	R$ 93.575.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 93.575.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.11.01 - EDUCAÇÃO BÁSICA E COMPLEMENTAR

Função de Governo: 12 - EDUCACAO

Subfunção de Governo: 364 - ENSINO SUPERIOR

Programa: 0016 - EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Desenvolver Atividades Para Atendimento Complementar de Bolsas de Estudos, Residência Pedagógica e Repasse Financeiro para a Educação Especial.

Justificativa: Oferecimento de Bolsas de Estudos a Alunos Carentes que cursam Ensino Superior e Atendimento de Ordem Judicial.

Ações e Metas

Ação: 2.058 - BOLSA DE ESTUDOS E RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Tipo: Atividade

Produto: Estudantes Universitários

Indicador: Alunos Beneficiados

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 150,00 **Índice Futuro:** 150,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.058 - BOLSA DE ESTUDOS E RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA	150,00	R$ 634.400,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 634.400,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.11.01 - EDUCAÇÃO BÁSICA E COMPLEMENTAR

Função de Governo: 12 - EDUCACAO

Subfunção de Governo: 367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

Programa: 0016 - EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Desenvolver Atividades Para Atendimento Complementar de Bolsas de Estudos, Residência Pedagógica e Repasse Financeiro para a Educação Especial.

Justificativa: Oferecimento de Bolsas de Estudos a Alunos Carentes que cursam Ensino Superior e Atendimento de Ordem Judicial.

Ações e Metas

Ação: 2.059 - ORDEM JUDICIAL - APAE

Tipo: Atividade

Produto: Atendimento de Sentença Judicial

Indicador: ORDEM JUDICIAL - APAE

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 1,00 **Índice Futuro:** 1,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.059 - ORDEM JUDICIAL - APAE	1,00	R$ 1.560.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 1.560.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.11.01 - EDUCAÇÃO BÁSICA E COMPLEMENTAR

Função de Governo: 12 - EDUCACAO

Subfunção de Governo: 306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Programa: 0017 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Garantir a alimentação escolar e promover a educação alimentar e nutricional dos alunos da educação básica pública. O programa busca contribuir para o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis, assegurando refeições que atendam às necessidades nutricionais durante o período letivo . Na Diretoria DPDME adequar os processos administrativos, logísticos e infraestrutura da planta de produção.

Justificativa: A garantia do direito humano à alimentação adequada e à segurança alimentar e nutricional dos alunos da educação básica buscando oferecer refeições que supram as necessidades nutricionais desses alunos durante o período escolar. Adquirindo alimentos de qualidade; proporcionar uma planta produtiva eficiente e armazenagem e logística adequadas, ampliações com aquisições de equipamentos em geral e equipamentos de segurança individual.

Ações e Metas

Ação: 2.060 - GESTÃO DO DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR

Tipo: Atividade

Produto: Refeições saudáveis e nutritivas para os alunos, e ações de educação alimentar e nutricional.

Indicador: Alunos atendidos

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 18.400,00 **Índice Futuro:** 18.400,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.060 - GESTÃO DO DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR	18.400,00	R$ 17.891.600,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 17.891.600,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Função de Governo: 06 - SEGURANÇA PUBLICA

Subfunção de Governo: 181 - POLICIAMENTO

Programa: 0018 - GUARDA PRESENTE, CIDADÃO SEGURO

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Fortalecer a segurança pública de Birigui por meio de ações integradas, promovendo a redução da criminalidade por meio de ações conjuntas e coordenadas com todas as forças de segurança do município.

Justificativa: A segurança pública exige constante aprimoramento para enfrentar os desafios urbanos contemporâneos. O fortalecimento do apoio institucional contribui diretamente para melhorar a eficácia das políticas de segurança, impactando positivamente o bem-estar da população e o desenvolvimento sustentável da cidade.

Ações e Metas

Ação: 2.061 - GESTÃO TÉCNICA E OPERACIONAL DA SEGURANÇA MUNICIPAL

Tipo: Atividade

Produto: Aumento do número e da qualidade dos patrulhamentos preventivos realizados

Indicador: Patrulhamentos preventivos (Fonte Sinesp CAD)

Unidade de Medida: PERCENTUAL **Índice Recente:** 52,00 **Índice Futuro:** 55,00

Ação: 2.062 - GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Tipo: Atividade

Produto: Melhoria na segurança pública do município com a operacionalização eficiente do Fdo Mun Seg Pública

Indicador: Setores Atendidos pelo Fundo

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 3,00 **Índice Futuro:** 3,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.061 - GESTÃO TÉCNICA E OPERACIONAL DA SEGURANÇA MUNICIPAL	53,00	R$ 17.221.000,00
2.062 - GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	3,00	R$ 17.000,00
Total do programa para o exercício de 2027:		R$ 17.238.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Função de Governo: 06 - SEGURANÇA PUBLICA

Subfunção de Governo: 182 - DEFESA CIVIL

Programa: 0018 - GUARDA PRESENTE, CIDADÃO SEGURO

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Fortalecer a segurança pública de Birigui por meio de ações integradas, promovendo a redução da criminalidade por meio de ações conjuntas e coordenadas com todas as forças de segurança do município.

Justificativa: A segurança pública exige constante aprimoramento para enfrentar os desafios urbanos contemporâneos. O fortalecimento do apoio institucional contribui diretamente para melhorar a eficácia das políticas de segurança, impactando positivamente o bem-estar da população e o desenvolvimento sustentável da cidade.

Ações e Metas

Ação: 2.063 - GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTAS À DESASTRES

Tipo: Atividade

Produto: Confiança e segurança na admin. públ. por parte da população, no que se refere a recup. de desastres

Indicador: Quantitativo de vítimas de desastres no município

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 120,00 **Índice Futuro:** 150,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.063 - GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTAS À DESASTRES	130,00	R$ 23.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 23.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Função de Governo: 10 - SAUDE

Subfunção de Governo: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0019 - SAÚDE MAIS PRÓXIMA DE VOCÊ

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Garantir acesso aos serviços da Saúde, em tempo adequado, aprimoramento da Atenção Primária, Vigilância em Saúde e Especializada, Ambulatorial e Hospitalar, seguindo as diretrizes do Plano Municipal de Saúde.

Justificativa: Necessidade de assegurar que todo cidadão tenha acesso fácil e rápido a serviços de saúde de alta qualidade, desde o atendimento inicial até tratamentos mais complexos.

Ações e Metas

Ação: 2.064 - ASSISTÊNCIA ADMINISTRATIVA AOS SERVIÇOS DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE

Tipo: Atividade

Produto: Atendimento aos usuários rede pública de saúde

Indicador: Percentual utilizado com os gastos em saúde

Unidade de Medida: PORCENTAGEM **Índice Recente:** 30,00 **Índice Futuro:** 31,00

Ação: 2.065 - MANUTENÇÃO E APRIMORAMENTO DO TRANSPORTE A PACIENTES DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE

Tipo: Atividade

Produto: Usuários da rede pública de saúde

Indicador: Qualidade do transporte aos usuários

Unidade de Medida: PORCENTAGEM **Índice Recente:** 80,00 **Índice Futuro:** 90,00

Ação: 2.066 - MONITORAMENTO DAS REUNIÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Tipo: Atividade

Produto: Atendimento aos usuários da rede pública de saúde.

Indicador: Números de reuniões realizadas

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 12,00 **Índice Futuro:** 12,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.064 - ASSISTÊNCIA ADMINISTRATIVA AOS SERVIÇOS DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE	31,00	R$ 5.946.000,00
2.065 - MANUTENÇÃO E APRIMORAMENTO DO TRANSPORTE A PACIENTES DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE	85,00	R$ 6.652.000,00
2.066 - MONITORAMENTO DAS REUNIÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	12,00	R$ 30.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 12.628.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Função de Governo: 10 - SAUDE

Subfunção de Governo: 303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPEUTICO

Programa: 0019 - SAÚDE MAIS PRÓXIMA DE VOCÊ

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Garantir acesso aos serviços da Saúde, em tempo adequado, aprimoramento da Atenção Primária, Vigilância em Saúde e Especializada, Ambulatorial e Hospitalar, seguindo as diretrizes do Plano Municipal de Saúde.

Justificativa: Necessidade de assegurar que todo cidadão tenha acesso fácil e rápido a serviços de saúde de alta qualidade, desde o atendimento inicial até tratamentos mais complexos.

Ações e Metas

Ação: 2.067 - ASSITÊNCIA FARMACÊUTICA PARA OS USUÁRIOS SUS

Tipo: Atividade

Produto: Medicamentos dispensados a população.

Indicador: Quantidade de medicamentos dispensado a população.

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 13.785.105,00 **Índice Futuro:** 14.202.808,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.067 - ASSITÊNCIA FARMACÊUTICA PARA OS USUÁRIOS SUS	13.922.956,00	R$ 11.399.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 11.399.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Função de Governo: 10 - SAUDE

Subfunção de Governo: 301 - ATENCAO BASICA

Programa: 0019 - SAÚDE MAIS PRÓXIMA DE VOCÊ

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Garantir acesso aos serviços da Saúde, em tempo adequado, aprimoramento da Atenção Primária, Vigilância em Saúde e Especializada, Ambulatorial e Hospitalar, seguindo as diretrizes do Plano Municipal de Saúde.

Justificativa: Necessidade de assegurar que todo cidadão tenha acesso fácil e rápido a serviços de saúde de alta qualidade, desde o atendimento inicial até tratamentos mais complexos.

Ações e Metas

Ação: 2.068 - APRIMORAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA NA REDE PÚBLICA DE SAÚDE

Tipo: Atividade

Produto: Atendimento aos usuários da atenção básica da rede pública de saúde.

Indicador: Números de atendimentos realizados na atenção prim

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 396.696,00 **Índice Futuro:** 433.480,00

Ação: 2.070 - MANUTENÇÃO E APRIMORAMENTO DA REDE ODONTOLÓGICA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Tipo: Atividade

Produto: Atendimento odontológico na rede pública de saúde.

Indicador: N° de atendimentos odontológicos realizados APS

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 18.000,00 **Índice Futuro:** 21.000,00

Ação: 2.075 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR PARA ATENÇÃO PRIMÁRIA DA SAÚDE

Tipo: Atividade

Produto: Controle dos repasses realizados na Atenção Primária.

Indicador: entidades atendidas na Atenção Primária.

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 3,00 **Índice Futuro:** 3,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.068 - APRIMORAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA NA REDE PÚBLICA DE SAÚDE	408.596,00	R$ 50.568.000,00
2.070 - MANUTENÇÃO E APRIMORAMENTO DA REDE ODONTOLÓGICA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	19.000,00	R$ 3.400.000,00
2.075 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR PARA ATENÇÃO PRIMÁRIA DA SAÚDE	1,00	R$ 856.000,00
Total do programa para o exercício de 2027:		R$ 54.824.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Função de Governo: 10 - SAUDE

Subfunção de Governo: 302 - ASSIST HOSPIT E AMBULATORIAL

Programa: 0019 - SAÚDE MAIS PRÓXIMA DE VOCÊ

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Garantir acesso aos serviços da Saúde, em tempo adequado, aprimoramento da Atenção Primária, Vigilância em Saúde e Especializada, Ambulatorial e Hospitalar, seguindo as diretrizes do Plano Municipal de Saúde.

Justificativa: Necessidade de assegurar que todo cidadão tenha acesso fácil e rápido a serviços de saúde de alta qualidade, desde o atendimento inicial até tratamentos mais complexos.

Ações e Metas

Ação: 2.069 - APRIMORAMENTO DA REDE DE ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIADE NA REDE PÚBLICA DE SAÚDE

Tipo: Atividade

Produto: Atendimento aos usuários da atenção especializada da rede pública de saúde

Indicador: Números atendimentos realizados na especialidade

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 96.000,00 **Índice Futuro:** 104.901,00

Ação: 2.071 - MANUTENÇÃO E APRIMORAMENTO DA REDE ODONTOLÓGICA NA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Tipo: Atividade

Produto: Atendimento odontológico na rede pública de saúde.

Indicador: N° de atendimentos odontológicos realizados CEO.

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 3.000,00 **Índice Futuro:** 6.000,00

Ação: 2.076 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE DA SAÚDE

Tipo: Atividade

Produto: Controle dos repasses realizados.

Indicador: entidades atendidas na Media e Alta Complexidade.

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 8,00 **Índice Futuro:** 8,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.069 - APRIMORAMENTO DA REDE DE ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIADE NA REDE PÚBLICA DE SAÚDE	98.880,00	R$ 27.667.000,00
2.071 - MANUTENÇÃO E APRIMORAMENTO DA REDE ODONTOLÓGICA NA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	4.000,00	R$ 1.839.000,00
2.076 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE DA SAÚDE	10,00	R$ 43.009.000,00
Total do programa para o exercício de 2027:		R$ 72.515.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Função de Governo: 10 - SAUDE

Subfunção de Governo: 304 - VIGILANCIA SANITARIA

Programa: 0019 - SAÚDE MAIS PRÓXIMA DE VOCÊ

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Garantir acesso aos serviços da Saúde, em tempo adequado, aprimoramento da Atenção Primária, Vigilância em Saúde e Especializada, Ambulatorial e Hospitalar, seguindo as diretrizes do Plano Municipal de Saúde.

Justificativa: Necessidade de assegurar que todo cidadão tenha acesso fácil e rápido a serviços de saúde de alta qualidade, desde o atendimento inicial até tratamentos mais complexos.

Ações e Metas

Ação: 2.072 - MANUTENÇÃO E APRIMORAMENTO DA BIOSSEGURANÇA MUNICIPAL

Tipo: Atividade

Produto: Serviços de controle de vetores e zoonoses.

Indicador: Avaliação quantitativa dos serviços prestados

Unidade de Medida: PORCENTAGEM **Índice Recente:** 65,00 **Índice Futuro:** 80,00

Ação: 2.073 - MANUTENÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA BIOSSEGURANÇA MUNICIPAL

Tipo: Atividade

Produto: Fiscalização dos estabelecimentos de saúde no município.

Indicador: N° estabelecimentos fiscalizados E cadastrados

Unidade de Medida: PORCENTAGEM **Índice Recente:** 80,00 **Índice Futuro:** 90,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.072 - MANUTENÇÃO E APRIMORAMENTO DA BIOSSEGURANÇA MUNICIPAL	70,00	R$ 8.770.000,00
2.073 - MANUTENÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA BIOSSEGURANÇA MUNICIPAL	80,00	R$ 51.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 8.821.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Função de Governo: 10 - SAUDE

Subfunção de Governo: 305 - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA

Programa: 0019 - SAÚDE MAIS PRÓXIMA DE VOCÊ

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Garantir acesso aos serviços da Saúde, em tempo adequado, aprimoramento da Atenção Primária, Vigilância em Saúde e Especializada, Ambulatorial e Hospitalar, seguindo as diretrizes do Plano Municipal de Saúde.

Justificativa: Necessidade de assegurar que todo cidadão tenha acesso fácil e rápido a serviços de saúde de alta qualidade, desde o atendimento inicial até tratamentos mais complexos.

Ações e Metas

Ação: 2.074 - CONTROLE DE EPIDEMIAS E ENDEMIAS

Tipo: Atividade

Produto: Redução na propagação de doenças.

Indicador: pessoas atendidas base nas doenças transmissível

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 1.387,00 **Índice Futuro:** 1.265,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.074 - CONTROLE DE EPIDEMIAS E ENDEMIAS	1.345,00	R$ 3.733.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 3.733.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Função de Governo: 04 - ADMINISTRAÇÃO

Subfunção de Governo: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0020 - DESENVOLVE BIRIGUI

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Promover o crescimento econômico do município de Birigui, por meio da criação de ambiente favorável à geração de negócios sustentáveis, à inovação, à qualificação, à inclusão produtiva e ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas locais.

Justificativa: Responder à necessidade de fortalecimento do empreendedorismo local, incentivando a formalização, o crescimento de micro e pequenos negócios e a geração de renda. Considerando o perfil econômico do município e a importância de ampliar oportunidades de inclusão produtiva, a iniciativa busca criar um ambiente favorável à inovação, à competitividade e ao desenvolvimento sustentável da economia biriguiense.

Ações e Metas

Ação: 2.077 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E DE APOIO À GESTÃO PÚBLICA

Tipo: Atividade

Produto: Serviços administrativos internos prestados

Indicador: Percentual de execução atividades administrativas

Unidade de Medida: PERCENTUAL **Índice Recente:** 250,00 **Índice Futuro:** 250,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.077 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E DE APOIO À GESTÃO PÚBLICA	250,00	R$ 1.602.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 1.602.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Função de Governo: 19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Subfunção de Governo: 126 - TECNOLOGIA DA INFORMATIZAÇÃO

Programa: 0021 - TECNOLOGIA BIRIGUI

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Apoio à inovação, digitalização e modernização tecnológica no município de Birigui, visando também o fortalecimento do ecossistema de tecnologia e startups.

Justificativa: O incentivo à tecnologia é um vetor estratégico para o desenvolvimento econômico sustentável, contribuindo para a diversificação da matriz produtiva de Birigui, a geração de empregos qualificados e a atração de investimentos. Além disso, a transformação digital na administração pública e nos pequenos negócios melhora a eficiência dos serviços e aumenta a competitividade local, em consonância com os desafios contemporâneos da economia do conhecimento.

Ações e Metas

Ação: 2.078 - MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

Tipo: Atividade

Produto: Soluções tecnológicas implementadas

Indicador: iniciativas/soluções tecnológicas apoiadas/implant

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 3,00 **Índice Futuro:** 3,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.078 - MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA	3,00	R$ 970.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 970.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.09.01 - SECRETARIA ASSIST DESENV SOCIAL

Função de Governo: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL

Subfunção de Governo: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0022 - SUAS: PROTEÇÃO SOCIAL

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Assegurar a proteção social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Birigui, garantindo a oferta e qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Justificativa: A Assistência Social como política pública e direito dos cidadãos que dela necessitarem, organizada através de um sistema de gestão descentralizado e participativo – SUAS – Sistema Único da Assistência Social que enquanto proteção social deverá afiançar as seguranças socioassistenciais e atuam de forma proativa, preventiva e protetiva.

Ações e Metas

Ação: 2.017 - MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

Tipo: Atividade

Produto: Garantir o pleno exercício dos direitos dos cidadãos.

Indicador: Campanhas educativas de sensibilização

Unidade de Medida: NÚMERO ABSOLUTO **Índice Recente:** 5,00 **Índice Futuro:** 9,00

Ação: 2.018 - MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DAS ATIVIDADES DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SEMAS

Tipo: Atividade

Produto: Aprimorar o SUAS.

Indicador: Número de servidores

Unidade de Medida: NÚMERO ABSOLUTO **Índice Recente:** 62,00 **Índice Futuro:** 69,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.017 - MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS	7,00	R$ 65.000,00
2.018 - MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DAS ATIVIDADES DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SEMAS	66,00	R$ 7.898.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 7.963.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.09.02 - FUNDO MUN ASSISTENCIA SOCIAL

Função de Governo: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL

Subfunção de Governo: 245 - Serviços Socioassistenciais

Programa: 0022 - SUAS: PROTEÇÃO SOCIAL

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Assegurar a proteção social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Birigui, garantindo a oferta e qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Justificativa: A Assistência Social como política pública e direito dos cidadãos que dela necessitarem, organizada através de um sistema de gestão descentralizado e participativo – SUAS – Sistema Único da Assistência Social que enquanto proteção social deverá afiançar as seguranças socioassistenciais e atuam de forma proativa, preventiva e protetiva.

Ações e Metas

Ação: 1.010 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL VIDA LONGA

Tipo: Projeto

Produto: Atender pessoas idosas para a realização das atividades da vida diária.

Indicador: Obra Concluída

Unidade de Medida: PERCENTUAL **Índice Recente:** 50,00 **Índice Futuro:** 0,00

Ação: 2.012 - MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Tipo: Atividade

Produto: Prevenir ocorrência de riscos sociais, agravamento ou reincidência e aumentar o acesso aos serviços

Indicador: Índice da busca ativa das famílias prioritárias

Unidade de Medida: PERCENTUAL **Índice Recente:** 14,00 **Índice Futuro:** 20,00

Ação: 2.013 - MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Tipo: Atividade

Produto: Identificar e reduzir situações de violações de direitos socioassistenciais.

Indicador: Índice de cobertura de acompanhamentos no PAEFI.

Unidade de Medida: PERCENTUAL **Índice Recente:** 90,00 **Índice Futuro:** 100,00

Ação: 2.015 - MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR DO SUAS

Tipo: Atividade

Produto: Contribuir para melhoria da qualidade da proteção social ofertada a ser efetivada como direito

Indicador: Adequação e ampliação da equipe de referência

Unidade de Medida: NÚMERO ABSOLUTO **Índice Recente:** 146,00 **Índice Futuro:** 168,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
1.010 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL VIDA LONGA	50,00	R$ 100.000,00
2.012 - MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	16,00	R$ 1.119.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2.013 - MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	95,00	R$ 1.679.000,00
2.015 - MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR DO SUAS	155,00	R$ 11.723.000,00
	Total do programa para o exercício de 2027:	R$ 14.621.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.09.02 - FUNDO MUN ASSISTENCIA SOCIAL

Função de Governo: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL

Subfunção de Governo: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Programa: 0022 - SUAS: PROTEÇÃO SOCIAL

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Assegurar a proteção social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Birigui, garantindo a oferta e qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Justificativa: A Assistência Social como política pública e direito dos cidadãos que dela necessitarem, organizada através de um sistema de gestão descentralizado e participativo – SUAS – Sistema Único da Assistência Social que enquanto proteção social deverá afiançar as seguranças socioassistenciais e atuam de forma proativa, preventiva e protetiva.

Ações e Metas

Ação: 2.014 - MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DO CADASTRO ÚNICO, DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, BENEFÍCIOS E TRANSFERÊNCIA DE RENDA.

Tipo: Atividade

Produto: Facilitar através da base de dados do Cadastro Único o desenvolvimento de novos programas sociais.

Indicador: Índice de Gestão Descentralizada – IGD/BF

Unidade de Medida: PERCENTUAL **Índice Recente:** 0,75 **Índice Futuro:** 0,85

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.014 - MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DO CADASTRO ÚNICO, DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, BENEFÍCIOS E TRANSFERÊNCIA DE RENDA.	0,78	R$ 626.000,00
Total do programa para o exercício de 2027:		R$ 626.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.09.02 - FUNDO MUN ASSISTENCIA SOCIAL

Função de Governo: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL

Subfunção de Governo: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0022 - SUAS: PROTEÇÃO SOCIAL

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Assegurar a proteção social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Birigui, garantindo a oferta e qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Justificativa: A Assistência Social como política pública e direito dos cidadãos que dela necessitarem, organizada através de um sistema de gestão descentralizado e participativo – SUAS – Sistema Único da Assistência Social que enquanto proteção social deverá afiançar as seguranças socioassistenciais e atuam de forma proativa, preventiva e protetiva.

Ações e Metas

Ação: 2.016 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Tipo: Atividade

Produto: Implementar a Política de Assistência Social

Indicador: Indicador de desenvolvimento dos Conselhos

Unidade de Medida: NOTA **Índice Recente:** 3,60 **Índice Futuro:** 5,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.016 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS	4,00	R$ 11.000,00
Total do programa para o exercício de 2027:		R$ 11.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.09.03 - FUNDO MUN DIR DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Função de Governo: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL

Subfunção de Governo: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOSLESCENTE

Programa: 0023 - PROTEÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E O ADOLESCENTE

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Assegurar prioridade absoluta de crianças e adolescentes ao acesso a políticas públicas, fortalecendo a rede de atendimento intersetorial – Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

Justificativa: Previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – crianças e adolescentes têm direito à proteção integral para o seu desenvolvimento físico, intelectual, afetivo e social, o qual deve ser assegurado com absoluta prioridade pelo Estado, pela família e pela sociedade. Isso envolve formulação de políticas públicas, garantindo que sempre sejam vistos como sujeitos de direitos.

Ações e Metas

Ação: 2.019 - ESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E ADOLESCENTE.

Tipo: Atividade

Produto: Política municipal de atenção à criança e ao adolescente fortalecida.

Indicador: Fomento as políticas públicas com recurso FMDCA

Unidade de Medida: PERCENTUAL **Índice Recente:** 25,00 **Índice Futuro:** 80,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.019 - ESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E ADOLESCENTE.	40,00	R$ 755.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 755.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.09.05 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

Função de Governo: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL

Subfunção de Governo: 241 - Assistência à Pessoa Idosa

Programa: 0024 - MAIS VIDA, MAIS DIREITOS

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Articular ações de promoção e defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMPI, com demais Políticas Públicas e órgãos de defesa.

Justificativa: Considerando o aumento da população idosa, este cenário representa um grande desafio e demonstra a necessidade de atenção especial, de políticas públicas especializadas para esta população, em razão de suas particularidades e vulnerabilidades, demanda um tratamento diferenciado, de acordo com o que preconiza a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso.

Ações e Metas

Ação: 2.020 - ESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA

Tipo: Atividade

Produto: Política Municipal do Idoso fortalecida.

Indicador: Fomento às políticas públicas com recurso FMDPI

Unidade de Medida: PERCENTUAL **Índice Recente:** 25,00 **Índice Futuro:** 80,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.020 - ESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA	40,00	R$ 245.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 245.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 03.01.01 - ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO

Função de Governo: 09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Subfunção de Governo: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0501 - GESTÃO DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

Tipo: Apoio Administrativo **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Gerir o órgão gestor do Município de Birigui com eficiência, transparência e conformidade legal, para assegurar a concessão, manutenção e pagamento dos benefícios previdenciários.

Justificativa: Gestão do Regime Próprio de Previdência Social de Birigui (Biriguiprev) em cumprimento as determinações legais para concessão dos benefícios previdenciários.

Ações e Metas

Ação: 1.501 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Tipo: Projeto

Produto: Aquisição de bens permanentes realizada dentro do limite da taxa de administração do RPPS

Indicador: % taxa de administração utilizada p/ aquisição

Unidade de Medida: PERCENTUAL **Índice Recente:** 2,00 **Índice Futuro:** 2,00

Ação: 1.509 - REFORMAS E MELHORIAS DO BIRIGUIPREV

Tipo: Projeto

Produto: Instalações do Birigui Prev reformadas e adequadas

Indicador: Percentual de execução da reforma das instalações

Unidade de Medida: PERCENTUAL **Índice Recente:** 100,00 **Índice Futuro:** 100,00

Ação: 2.501 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E COORD DO BIRIGUIPREV

Tipo: Atividade

Produto: Funcionamento regular e ininterrupto da administração e coordenação do BiriguiPrev

Indicador: Percentual execução da manutenção administrativa

Unidade de Medida: PERCENTUAL **Índice Recente:** 2,00 **Índice Futuro:** 2,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
1.501 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2,00	R$ 100.000,00
1.509 - REFORMAS E MELHORIAS DO BIRIGUIPREV	100,00	R$ 50.000,00
2.501 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E COORD DO BIRIGUIPREV	2,00	R$ 3.983.000,00
Total do programa para o exercício de 2027:		R$ 4.133.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 03.01.02 - MANUT ASSISTÊNCIA PREVIDÊNCIA-PLANO PREVIDENCIÁRIO

Função de Governo: 09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Subfunção de Governo: 272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

Programa: 0501 - GESTÃO DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

Tipo: Apoio Administrativo **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Gerir o órgão gestor do Município de Birigui com eficiência, transparência e conformidade legal, para assegurar a concessão, manutenção e pagamento dos benefícios previdenciários.

Justificativa: Gestão do Regime Próprio de Previdência Social de Birigui (Biriguiprev) em cumprimento as determinações legais para concessão dos benefícios previdenciários.

Ações e Metas

Ação: 2.502 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA - PLANO PREVIDENCIÁRIO

Tipo: Atividade

Produto: Benefícios previdenciários pagos aos segurados e dependentes do RPPS.

Indicador: Quantidade de benefícios concedidos

Unidade de Medida: QUANTIDADE **Índice Recente:** 918,00 **Índice Futuro:** 858,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.502 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA - PLANO PREVIDENCIÁRIO	900,00	R$ 50.162.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 50.162.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 03.01.03 - MANUT ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA- PLANO FINANCEIRO

Função de Governo: 09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Subfunção de Governo: 272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

Programa: 0501 - GESTÃO DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

Tipo: Apoio Administrativo **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Gerir o órgão gestor do Município de Birigui com eficiência, transparência e conformidade legal, para assegurar a concessão, manutenção e pagamento dos benefícios previdenciários.

Justificativa: Gestão do Regime Próprio de Previdência Social de Birigui (Biriguiprev) em cumprimento as determinações legais para concessão dos benefícios previdenciários.

Ações e Metas

Ação: 2.503 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA - PLANO FINANCEIRO

Tipo: Atividade

Produto: Benefícios previdenciários pagos aos segurados e dependentes do RPPS.

Indicador: Quantidade de benefícios concedidos

Unidade de Medida: QUANTIDADE **Índice Recente:** 971,00 **Índice Futuro:** 1.231,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.503 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA - PLANO FINANCEIRO	1.062,00	R$ 78.372.100,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 78.372.100,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 04.01.01 - FUNDAÇAO MUNICIPAL DE ENSINO DE BIRIGUI

Função de Governo: 12 - EDUCACAO

Subfunção de Governo: 364 - ENSINO SUPERIOR

Programa: 0506 - ENSINO SUPERIOR

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Proporcionar acesso aos cursos graduação e pós-graduação para população de Birigui e Região

Justificativa: Necessidade de aprimorar a qualidade de ensino de graduação e pós-graduação dos alunos matriculados.

Ações e Metas

Ação: 2.507 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO

Tipo: Atividade

Produto: Formação de alunos

Indicador: ALUNOS MATRICULADOS

Unidade de Medida: UNIDADE **Índice Recente:** 400,00 **Índice Futuro:** 500,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.507 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO	450,00	R$ 4.997.000,00
Total do programa para o exercício de 2027:		R$ 4.997.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 02.05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Função de Governo: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA

Subfunção de Governo: 999 - RESERVA DE CONTINGENCIA

Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Atender passivos contingentes, outros riscos imprevistos e demais créditos adicionais

Justificativa: Atendimento ao disposto no ar. 5º, inciso III, da Lei Complementar n. 101, de 2000

Ações e Metas

Ação: 9.998 - EMENDAS IMPOSITIVAS ART 131-A DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Tipo: Reserva de Contingência

Produto: reserva para atendimento do art 131A

Indicador: emendas impositivas

Unidade de Medida: PERCENTUAL **Índice Recente:** 100,00 **Índice Futuro:** 100,00

Ação: 9.999 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA

Tipo: Reserva de Contingência

Produto: Atender passivos contingentes, outros riscos imprevistos e demais créditos adicionais

Indicador: FATOS OCORRIDOS

Unidade de Medida: PERCENTUAL **Índice Recente:** 100,00 **Índice Futuro:** 100,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
9.998 - EMENDAS IMPOSITIVAS ART 131-A DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL	100,00	R$ 12.200.000,00
9.999 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA	100,00	R$ 500.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 12.700.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle: Original

Unidade Executora: 03.01.01 - ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO

Função de Governo: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA

Subfunção de Governo: 999 - RESERVA DE CONTINGENCIA

Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Tipo: Finalístico **Caráter:** Contínuo

Objetivo: Atender passivos contingentes, outros riscos imprevistos e demais créditos adicionais

Justificativa: Atendimento ao disposto no ar. 5º, inciso III, da Lei Complementar n. 101, de 2000

Ações e Metas

Ação: 2.504 - RESERVA CONTIGÊNCIA - ADM E COORDENAÇÃO

Tipo: Atividade

Produto: Dotação orçamentária global da Reserva de Contingência, disponível para abertura de créditos

Indicador: % de aproveitamento da Reserva de Contingência

Unidade de Medida: PERCENTUAL **Índice Recente:** 100,00 **Índice Futuro:** 100,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.504 - RESERVA CONTIGÊNCIA - ADM E COORDENAÇÃO	100,00	R$ 100.000,00

Total do programa para o exercício de 2027: R$ 100.000,00

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Controle:	Original
Unidade Executora:	03.01.02 - MANUT ASSISTÊNCIA PREVIDÊNCIA-PLANO PREVIDENCIÁRIO
Função de Governo:	99 - RESERVA DE CONTINGENCIA
Subfunção de Governo:	997 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Programa:	9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Tipo:	Finalístico **Caráter:** Contínuo
Objetivo:	Atender passivos contingentes, outros riscos imprevistos e demais créditos adicionais
Justificativa:	Atendimento ao disposto no ar. 5º, inciso III, da Lei Complementar n. 101, de 2000

Ações e Metas

Ação:	2.505 - RESERVA CONTIGÊNCIA - PLANO PREVIDENCIÁRIO
Tipo:	Atividade
Produto:	Dotação orçamentária global da Reserva de Contingência, disponível para abertura de créditos
Indicador:	% de aproveitamento da Reserva de Contingência
Unidade de Medida:	PERCENTUAL **Índice Recente:** 100,00 **Índice Futuro:** 100,00

Meta e Custo Financeiro para o Exercício LDO

Ação	Meta Física	Custo Financeiro
2.505 - RESERVA CONTIGÊNCIA - PLANO PREVIDENCIÁRIO	100,00	R$ 34.650.900,00
Total do programa para o exercício de 2027:		R$ 34.650.900,00